

CONVERGÊNCIA

Janeiro 2003 Ano XXXVIII nº 359

ISSN 0010-8162



- ♦ A nova conjuntura política e a vida religiosa
- ♦ Novas gerações: juventude e vida religiosa
- ♦ Ética e Evangelização em páscoa!



CRB

Sumário

EDITORIAL	1
PALAVRA DO PAPA	5
INFORME CRB	14
ARTIGOS	16
A nova conjuntura política e a vida religiosa	16
J. B. LIBANIO, SJ	
Novas gerações: juventude e vida religiosa	30
PE. MÁRCIO FABRI DOS ANJOS, C.Ss.R	
Ética e evangelização em páscoa!	45
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	

A ilustração da capa da Convergência 2003 é uma cópia da obra EMAÚS - serigrafia, do artista sacro Cláudio Pastro. Chama atenção para a centralidade do seguimento de Jesus na Vida Religiosa e para a celebração do Ano Vocacional.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitório, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20031-130 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura

Anual

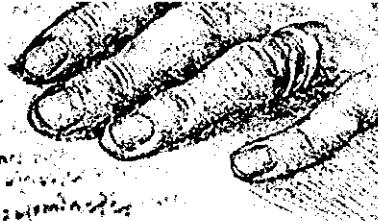
para 2003

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 85,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8,50

Editorial



É hora de mudar

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

O cenário internacional neste começo do ano 2003 apresenta-se carregado de contradições e incertezas. A persistente ameaça de novas formas de terrorismo e de guerras, com suas consequências imprevisíveis para o futuro da humanidade; o grave desequilíbrio econômico que divide o mundo em excludentes e excluídos; a vulnerabilidade das instituições democráticas; o avanço da intolerância étnica e do fanatismo religioso; a realidade cruel da fome que causa milhares de vítimas-dia em toda a geografia do Planeta são alguns dos fatores que geram perplexidade e até mesmo angústia, dando forma e figura ao medo, cada vez mais generalizado.

Na contramão dessa inegável escalada da violência são sempre mais visíveis os lampejos de esperança: a persistente resistência de grupos organizados e de movimentos populares; o crescimento de redes de ação comunitária, solidária e participativa; a mobilização pela não violência; a valorização do diálogo intercultural e inter-

religioso; o mutirão nacional contra a fome e a miséria; a preocupação com a ecologia e a vida do Planeta e, sobretudo, o impetuoso grito pela Paz, que une pessoas e grupos humanos mais além das diferenças de etnias e credos que as distinguem.

O novo ano apresenta-se, assim, como um desafio sem precedentes a ser assumido com coragem e lucidez por todos aqueles e aquelas que acreditam na viabilidade das mudanças e na *utopia* de um outro mundo possível.

Neste cenário ressoa com peculiar propriedade a palavra do Papa João Paulo II na sua Mensagem para o dia internacional da Paz de 2003. Nela o Papa evoca os quarenta anos da publicação da encíclica de João XXIII - "*Pacem in Terris*" -, que constituiu naquele momento, também conturbado da história, um apelo veemente à Paz entre os povos da terra, no respeito a tudo aquilo que constitui postulado indispensável de uma paz duradoura e verdadeira. Desde então, muitas coisas mudaram no cenário internacional, mas a Paz

continua a ser o anseio profundo da inteira família humana, uma urgência iniludível hoje, nas relações entre povos e nações. O novo alerta que João Paulo II faz na sua Mensagem deste ano quer lembrar aos governantes e à sociedade, como um todo, que os graves riscos de novos conflitos armados são uma ameaça de proporções ainda imprevisíveis; e lembrar a urgência de que a lógica da Paz prevaleça sobre a lógica da guerra, sobrepondo-se a todo tipo de interesses político-econômicos e de preconceitos.

No cenário nacional, as situações não diferem muito. Não se pode esquecer que o "império" da globalização neoliberal estende seus tentáculos sobre toda a geografia do planeta, penalizando, sobretudo, os países do Terceiro Mundo. Entretanto, o resultado das eleições presidenciais de 2002, constitui no cenário nacional um "fato histórico novo". Como observa o texto da "análise de conjuntura", apresentado ao Conselho Permanente da CNBB, em novembro de 2002, "esse fato arrasta consigo aspirações secularmente silenciadas e dá início a uma mudança cultural, onde está em jogo a própria identidade da nação brasileira, agora representada na figura do operário-presidente. Essa vitória conjuga a memória subversiva de muitas lutas e a esperança de um povo que há muito quer mudanças nos rumos do País".

Diante do clima de incertezas e de inseguranças que parece dominar o cenário internacional, esse "fato histórico novo" ocorrido no Brasil está sendo visto como um claro sinal de espe-

rança, uma convicção de que dias melhores podem estar despontando para as maiorias pobres e excluídas do País. A preocupação com a erradicação da fome e da miséria anunciada pelo novo Presidente como prioridade absoluta do seu governo, e situada na perspectiva mais ampla de uma nova política social, que prioriza a consecução de metas sociais urgentes, além de viabilizar a proposta de "fome zero", deverá criar as condições necessárias para que milhões de pessoas hoje excluídas, sejam re-inseridas no tecido social, e para que o alimento, Dom de Deus, torne-se efetivamente um direito de todos.

Não será fácil percorrer o "novo caminho" que se abre para a sociedade brasileira. O capital financeiro internacional exercerá fortes pressões para que seus interesses sejam mantidos e preservados. A importância dessa conjuntura nacional é única. A consciência cidadã de cada brasileiro e de cada brasileira é convocada a somar forças no grande mutirão pela mudança que está apenas começando e cujos riscos são muitos, mas cuja chance histórica é singular.

Essa chance histórica da nação não pode ser ignorada nem minimizada pelas religiosas e religiosos. Deve ser, sim, uma pro-vocação a sua condição de "profetas do Reino", de guardiães da justiça, de artífices da paz. Sua participação ativa e corajosa nessa hora nacional, motivada pelas exigências éticas e evangélicas do seguimento de Jesus, poderá vir a ser um peso importante na correlação de forças que já

está em jogo, ajudando a fazer pender a balança em favor das causas populares e do resgate social das maiorias pobres e excluídas.

CONVERGÊNCIA, no início deste novo ano e desta “nova época” da história do País, quer unir-se a todo o povo brasileiro, no solene compromisso com as mudanças que se esperam e que se anunciam já próximas.

Dada a sua importância histórica e sua atualidade, a Mensagem de João Paulo II para o dia mundial da Paz de 2003, é publicada na íntegra nas páginas da nossa revista. Nela as comunidades encontrarão um rico material de reflexão e orientações claras para reafirmar seu compromisso com a Paz e com tudo aquilo que lhe dá fundamento e consistência.

O artigo de João Batista Libanio, sj – “A nova conjuntura política e a Vida Religiosa” – é um excelente texto para ajudar as comunidades religiosas a se situarem nessa nova fase da vida da nação. O autor parte de uma análise da tensão que caracterizou a fase da campanha eleitoral, ou seja, a tensão medo e esperança, tratando de desmascarar suas verdadeiras causas. Tece considerações particularmente pertinentes sobre o significado da vitória de uma causa explicitamente popular. Descreve o projeto neoliberal vigente hoje na sociedade, destacando seus vários níveis e sua articulação interna, para, logo depois, mostrar as grandes coordenadas do projeto popular que emergiu vitorioso das urnas e cuja tecla principal, no dizer do autor, é a justiça social. Para Libanio, “a justiça da

troca favorece o comércio. A justiça distributiva soa doação de *Robin Hood*. A justiça social traz a verdade para dentro da realidade”. Na parte final do texto, o autor enfatiza a necessidade e a importância de a Vida Religiosa sentir-se realmente comprometida com esse novo projeto.

“Novas gerações: Juventude e vida Religiosa”-, de Márcio Fabri dos Anjos, é um texto enormemente iluminador na atual situação da Vida Religiosa. Com a clareza que lhe é peculiar, o autor se propõe, neste artigo, aprofundar a questão do “espaço para as novas gerações na Vida Religiosa”. Para Márcio Fabri, a importância dessa questão lhe advém de três fatores principais: o inexorável envelhecimento dos quadros de ordens e congregações; os questionamentos explícitos ou implícitos dessas novas gerações aos parâmetros da vida consagrada; o caráter dinâmico da Vida Religiosa. O autor analisa o “novo” na atual crise de valores e na produção da vida. Oferece elementos para compreender as crises da juventude, destacando alguns lugares latino-americanos das novas gerações. A partir desses elementos, traça um perfil moral das novas gerações na cultura moderna, e insiste na necessidade de que cada congregação aprofunde essas questões no seu contexto.

P^{re}. José Augusto da Silva, no seu artigo – “Ética e evangelização em páscoa” -, procura refletir sobre a vinculação existente entre ética e evangelização, à luz da categoria teológica de páscoa. O autor parte de uma análise dos conceitos ética e evangeliza-

ção, bem como de uma visão, também analítica, dessas realidades na atual conjuntura internacional, dominada pela ética do projeto neoliberal. É nesse quadro que o autor situa a candente questão da formação de lideranças em todos os campos da vida humana, principalmente a formação do presbítero, considerando-o "formador ecle-

sial de opinião". O texto focaliza com pertinência os desafios que essa tarefa da formação deve enfrentar no contexto atual da Igreja e da sociedade. Menciona algumas expectativas de mudança hoje existentes, e conclui traçando algumas perspectivas de ação, na linha da "mística da provisoriedade".

***“A consciência cidadã de
cada brasileiro e de cada brasileira
é convocada a somar forças
no grande mutirão
pela mudança que está
apenas começando e cujos riscos
são muitos, mas cuja
chance histórica é singular.”***



Palavra do Papa

Mensagem de sua Santidade João Paulo II para a celebração
do Dia Mundial da Paz - 1º de janeiro de 2003

Pacem in terris: um compromisso permanente

1. Transcorreram quase quarenta anos, desde aquele dia 11 de abril de 1963 em que o Papa João XXIII publicou a histórica Carta Encíclica *Pacem in terris*; era Quinta-feira Santa. Dirigindo-se «a todas as pessoas de boa vontade», o meu venerado Predecessor, que morreria passados dois meses, resumia a sua mensagem de paz ao mundo na primeira afirmação da Encíclica: «A paz na terra, anseio profundo dos seres humanos de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus» (*Pacem in terris*, introd.: AAS 55 [1963], 257).

Falar de paz a um mundo dividido

2. Na realidade o mundo, ao qual se dirigia João XXIII, encontrava-se numa situação de profunda desordem. O século XX começara com uma grande expectativa de progresso; e, ao invés, a humanidade viu-se obrigada a registrar,

em sessenta anos de história, a deflagração de duas guerras mundiais, a afirmação de devastadores sistemas totalitários, a acumulação de imensos sofrimentos humanos e o desencadeamento contra a Igreja da maior perseguição até então conhecida na história.

Apenas dois anos antes da *Pacem in terris*, em 1961, fora erguido o «Muro de Berlim» para dividir e contrapor não só duas partes da referida cidade, mas também duas formas de conceber e construir a cidade terrena. De cada lado do muro, a vida assumiu um estilo diverso, inspirado muitas vezes em regras contrárias umas das outras, num clima generalizado de suspeita e difidência. Quer como visão do mundo quer como organização concreta da vida, aquele muro atravessou a humanidade no seu conjunto e penetrou no coração e na mente das pessoas, criando divisões que pareciam destinadas a durar para sempre.

Além disso, precisamente seis meses

antes da publicação da Encíclica e poucos dias depois do início do Concílio Vaticano II em Roma, o mundo encontrou-se à beira duma guerra nuclear por causa da crise dos mísseis em Cuba. A estrada para um mundo de paz, justiça e liberdade parecia bloqueada. Muitos pensavam que a humanidade estivesse condenada a viver ainda por muito tempo naquelas condições precárias de «guerra fria», sujeita constantemente ao pesadelo que uma agressão ou um desastre pudesse desencadear de um dia para o outro a pior guerra de toda a história humana. Com efeito, o uso das armas atômicas havia de transformá-la num conflito tal que poria em risco o próprio futuro da humanidade.

As quatro colunas da paz

3. O Papa João XXIII não estava de acordo com os que consideravam impossível a paz. Através da Encíclica, fez com que este valor fundamental, em toda a sua verdade e exigência, começasse a bater à porta de ambos os lados daquele muro e de todos os muros. A cada um, a Encíclica falou da pertença comum à família humana e, a todos, iluminou a aspiração sentida pelas pessoas de toda a terra de viverem com segurança, justiça e esperança no futuro.

Espírito clarividente que era, João XXIII identificou como condições essenciais da paz quatro exigências concretas da alma humana: *a verdade, a justiça, o amor e a liberdade* (cf. *ibid.*, I: o.c., 265-266). *A verdade*, dizia ele, será fundamento da paz, se cada indivíduo honestamente tomar consciência não só

dos próprios direitos, mas também dos seus deveres para com os outros. *A justiça* edificará a paz, se cada um respeitar concretamente os direitos alheios e esforçar-se por cumprir plenamente os próprios deveres para com os demais. *O amor* será fermento de paz, se as pessoas sentirem como próprias as necessidades dos outros e partilharem com eles o que possuem, a começar pelos valores do espírito. Finalmente a *liberdade* alimentará e fará frutificar a paz, se os indivíduos, na escolha dos meios para alcançá-la, seguirem a razão e assumirem corajosamente a responsabilidade dos próprios atos.

Contemplando o presente e o futuro com os olhos da fé e da razão, o Beato João XXIII entrevistou e interpretou os *dinamismos profundos* que operavam já na história. Sabia que nem sempre a realidade é como parece à superfície. Apesar das guerras e ameaças de guerra, algo mais estava atuando na história humana, algo que o Papa identificou como o início promissor duma revolução espiritual.

Uma nova consciência da dignidade do homem e dos seus direitos inalienáveis

4. A humanidade, escrevia ele, entrou numa etapa nova do seu caminho (cf. *ibid.*, I: o.c., 267-269). O fim do colonialismo, o nascimento de novos Estados independentes, a defesa mais eficaz dos direitos dos trabalhadores, a presença incipiente e bem-vinda das mulheres na vida pública eram para ele sinais de que a humanidade estava entrando numa fase nova da sua histó-

ria, uma fase caracterizada pela «opinião de que todos os seres humanos são iguais entre si por dignidade de natureza» (*ibid.*, I: o.c., 268). Sem dúvida que tal dignidade era ainda espezinhada em muitas partes do mundo, e o Papa não o ignorava; mas estava convencido de que, não obstante a situação fosse dramática sob alguns aspectos, o mundo manifestava-se cada vez mais *consciente de certos valores espirituais* e mais aberto à riqueza de conteúdo das «colunas da paz» que eram a verdade, a justiça, o amor e a liberdade (cf. *ibid.*, I: o.c., 268-269). Com o esforço de levar estes valores à vida social, tanto a nível nacional como internacional, homens e mulheres tornar-se-iam cada vez mais conscientes da importância da sua relação com Deus, fonte de todo o bem, constituindo o sólido fundamento e o critério supremo da sua vida, seja como simples indivíduos seja como seres sociais (cf. *ibid.*, I: o.c., 268-269). O Papa estava convencido de que esta sensibilidade espiritual mais viva haveria de ter também profundas consequências públicas e políticas.

À vista da crescente consciência dos direitos humanos que se ia manifestando a nível nacional e internacional, João XXIII intuiu a força contida em tal fenómeno e o poder extraordinário que tinha para modificar a história. Uma singular confirmação disto mesmo, têmola no que sucedeu poucos anos depois, sobretudo na Europa Central e Oriental. O caminho para a paz, como o Papa ensinava na Encíclica, devia passar pela defesa e promoção dos direitos

humanos fundamentais. E que toda a pessoa humana goza deles não por benefício concedido por uma determinada classe social ou pelo Estado, mas por prerrogativa que lhe pertence enquanto pessoa: «Numa convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente da sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis» (*ibid.*, I: o.c., 259).

Não se tratava de meras idéias abstratas; eram idéias com vastas consequências práticas, como bem depressa seria demonstrado pela história. Na base da convicção de que todo o ser humano é igual em dignidade e, por conseguinte, a sociedade deve adequar as suas estruturas a tal pressuposto, rapidamente surgiram *os movimentos a favor dos direitos humanos*, que deram expressão política concreta a uma das grandes dinâmicas da história contemporânea. A promoção da liberdade foi reconhecida como uma componente indispensável do empenho pela paz. Tais movimentos, praticamente presentes em todo mundo, contribuíram para a derrocada de formas ditatoriais de governo, impelindo a substituí-las por outras mais democráticas e participativas. Demonstraram, na prática, que a paz e o progresso só podem ser obtidos através do respeito da lei moral universal, escrita no coração do homem (cf. João Paulo II,

Discurso à Assembleia das Nações Unidas [5 de Outubro de 1995], 3).

O bem comum universal

5. Há outro ponto onde a doutrina da *Pacem in terris* se demonstrou profética, prevendo a fase seguinte da evolução das políticas mundiais. Perante um mundo que se ia tornando cada vez mais interdependente e global, o Papa João XXIII sugeriu que a noção de bem comum fosse reelaborada com um horizonte mundial; destarte, para ser correto, o discurso devia fazer referência ao conceito de «bem comum universal» (*Pacem in terris*, IV: o.c., 292). Uma das consequências desta transformação era evidente: a necessidade de haver *uma autoridade pública a nível internacional*, dispondo de efetiva capacidade para promover o referido bem comum universal. Esta autoridade – acrescentava imediatamente o Papa – não deveria ser estabelecida por coação, mas apenas com o consentimento das nações. Deveria tratar-se de um organismo que tivesse como «objetivo fundamental o reconhecimento, o respeito, a tutela e a promoção dos direitos da pessoa» (*ibid.*, IV: o.c., 294).

Assim, não é de estranhar que João XXIII olhasse com grande esperança para a Organização das Nações Unidas, constituída em 26 de Junho de 1945; nela, via um instrumento credível para manter e reforçar a paz no mundo. Por isso mesmo, manifestou particular apreço pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem* de 1948, considerando-a «um passo importante no caminho para a organização jurídico-po-

lítica da comunidade mundial» (*ibid.*, IV: o.c., 295). Com efeito, em tal Declaração estavam fixados os fundamentos morais onde seria possível apoiar a edificação de um mundo caracterizado pela ordem em vez da desordem, pelo diálogo em lugar da força. Nesta linha, o Papa deixava entender que a defesa dos direitos humanos pela Organização das Nações Unidas era o pressuposto indispensável para o aumento da sua capacidade de promover e defender a segurança internacional.

Ora, esta previsão do Papa João XXIII, isto é, a perspectiva duma autoridade pública internacional ao serviço dos direitos humanos, da liberdade e da paz, não só não se realizou ainda inteiramente, mas há que registrar, infelizmente, a hesitação bastante frequente da comunidade internacional no seu dever de respeitar e aplicar os direitos humanos. Este dever engloba *todos* os direitos fundamentais, não permitindo escolhas arbitrárias que conduziriam a formas reais de discriminação e de injustiça. Ao mesmo tempo, somos testemunhas dum fosso preocupante que se vai alargando entre uma série de novos «direitos» promovidos nas sociedades tecnologicamente avançadas e os direitos humanos elementares que ainda não são respeitados sobretudo em situações de subdesenvolvimento; penso, por exemplo, no direito à alimentação, à água potável, à casa, à autodeterminação e à independência. *A paz exige que esta distância seja urgentemente reduzida até ser superada.*

Uma observação se impõe ainda: a

comunidade internacional, que possui desde 1948 uma carta dos direitos da pessoa humana, na maioria das vezes não tem insistido adequadamente sobre os deveres que daí derivam. Na realidade, é o *dever* que estabelece o âmbito dentro do qual se hão-de conter os *direitos* para que o seu exercício não se transforme em arbitrio. Uma maior consciência dos *deveres humanos* universais seria altamente benéfica para a causa da paz, porque lhe forneceria a base moral de um reconhecimento sempre mais compartilhado de *uma ordem das coisas* que não depende da vontade dum indivíduo ou de um grupo.

Uma nova ordem moral internacional

6. Em todo o caso, diga-se em abono da verdade que nos últimos quarenta anos, apesar de muitas dificuldades e atrasos, houve *um notável progresso* na realização da nobre visão do Papa João XXIII. O fato de quase todos os Estados do mundo se sentirem obrigados a honrar o conceito de direitos humanos demonstra quão poderosos sejam os instrumentos da convicção moral e da integridade espiritual. Tais foram as forças decisivas na mobilização das consciências que esteve na origem da revolução não-violenta de 1989, acontecimento esse que determinou a queda do comunismo europeu. E, embora noções deturpadas de liberdade, concebida como licenciosidade, continuem a ameaçar a democracia e as sociedades livres, é certamente significativo que, nos quarenta anos posteriores à *Pacem in terris*, tenham-se tornado mais livres muitas

populações do mundo, tenham-se reforçado as estruturas de diálogo e cooperação entre as nações, e tenha sido eficazmente contida aquela ameaça de uma guerra nuclear global, que se delineara drasticamente no tempo do Papa João XXIII.

A este respeito, quero com humilde ousadia fazer notar que a doutrina plurissecular da Igreja que vê a paz como «*tranquillitas ordinis*» – tranqüilidade da ordem –, segundo a definição de Santo Agostinho (*De civitate Dei* 19,13) aprofundada na *Pacem in terris*, se revelou particularmente significativa no mundo contemporâneo, tanto para os Chefes das nações como para os simples cidadãos. A existência de uma grande desordem na atual situação do mundo é constatação facilmente partilhada por todos; conseqüentemente a questão que se impõe é esta: *Que tipo de ordem pode substituir a esta desordem*, para que os homens e as mulheres tenham a possibilidade de viver com liberdade, justiça e segurança? E uma vez que o mundo, mesmo na sua desordem, vai-se «organizando» em vários campos (econômico, cultural e até político), surge outra pergunta também premente: Segundo quais princípios se desenvolvem essas novas formas de ordem mundial?

Estas perguntas de âmbito muito vasto indicam que o problema da ordem nas atividades mundiais, ou seja, o problema da paz retamente entendida, *não pode prescindir de questões relacionadas com os princípios morais*. Por outras palavras, resulta, a partir desta perspectiva também, a convic-

ção de que a questão da paz não pode ser separada do problema da dignidade e dos direitos do homem. Ora esta constitui precisamente uma das verdades perenes ensinadas pela *Pacem in terris*, que será bom recordar e meditar neste quadragésimo aniversário.

Porventura não é este o tempo em que todos devem colaborar para a constituição de *uma nova organização de toda a família humana*, a fim de garantir a paz e a harmonia entre os povos e, simultaneamente, promover o seu progresso integral? Importa, porém, evitar equívocos: aqui não se pretende aludir à constituição de um super-Estado global; a intenção é, antes, sublinhar a urgência de acelerar os processos já em curso que visam responder à solicitação quase universal de *formas democráticas no exercício da autoridade política, quer nacional quer internacional*, e também ao pedido de *transparência e credibilidade a todos os níveis da vida pública*. Confiando na bondade presente no coração de cada pessoa, o Papa João XXIII quis fazer apelo a ela, chamando o mundo inteiro a uma visão mais nobre da vida pública e do exercício da autoridade pública. Com audácia, impeliu o mundo a ultrapassar o presente estado de desordem e imaginar novas formas de ordem internacional à medida da dignidade humana.

A ligação entre paz e verdade

7. Contestando a perspectiva de quantos consideravam a política como um campo desvinculado da moral e sujeito apenas ao critério dos interesses, João XXIII, através da Encíclica *Pacem*

in terris, delineou uma imagem mais autêntica da realidade humana e indicou o caminho de um futuro melhor para todos. Precisamente porque as pessoas são criadas com a capacidade de fazer escolhas morais, *nenhuma atividade humana se situa fora da esfera dos valores éticos*. A política é uma atividade humana; e, por conseguinte, está sujeita ao juízo moral. Isto vale também para a política internacional. O Papa escrevia: «A mesma lei natural que rege a vida individual, deve também reger as relações entre os Estados» (*Pacem in terris*, III: o.c., 279). Quantos defendem que a vida pública internacional de algum modo se desenrole fora do juízo moral, não podem deixar de refletir sobre o impacto dos *movimentos a favor dos direitos humanos* sobre as políticas nacionais e internacionais do século XX, há pouco terminado. Estes desenvolvimentos, que o ensinamento da Encíclica tinha previsto, contestam decididamente a pretensão de colocar as políticas internacionais numa espécie de «zona franca» onde não teria qualquer poder a lei moral.

Talvez não haja lugar onde se sinta tão claramente a necessidade de um uso correto da autoridade política, como na *dramática situação do Médio Oriente e da Terra Santa*. Dia após dia, ano após ano, a acumulação de uma exacerbada rejeição recíproca com uma cadeia sem fim de violências e retaliações tem até agora arruinado toda a tentativa de abrir um diálogo sério sobre as questões realmente em causa. A precariedade da situação torna-se ain-

da mais dramática pelo conflito de interesses que existe entre os membros da comunidade internacional. Enquanto aqueles que ocupam lugares de responsabilidade não aceitarem corajosamente pôr em questão o seu modo de gerir o poder e de procurar o bem-estar dos seus povos, é difícil imaginar que se possa verdadeiramente caminhar para a paz. A luta fratricida, que abala diariamente a Terra Santa contrapondo entre si as forças que tecem o futuro imediato do Médio Oriente, coloca a premente exigência de homens e mulheres convictos da necessidade de uma política assente no respeito da dignidade e dos direitos da pessoa. Uma tal política é incomparavelmente mais vantajosa para todos do que a continuação das situações de conflito em ato. É preciso tomar como ponto de partida esta verdade; será sempre mais libertadora do que qualquer forma de propaganda, sobretudo quando esta serve para dissimular intenções inconfessáveis.

As premissas de uma paz duradoura

8. Há uma ligação indivisível entre o *empenho pela paz* e o *respeito da verdade*. A honestidade ao dar informações, a equidade dos sistemas jurídicos, a transparência nos mecanismos democráticos dão aos cidadãos a sensação de segurança, a disponibilidade a resolver as controvérsias por meios pacíficos e a vontade de acordo leal e construtiva, que constituem *as verdadeiras premissas de uma paz duradoura*. Os encontros políticos a nível nacional e inter-

nacional só servem à causa da paz se a assunção comum dos compromissos for depois respeitada por todas as partes. Caso contrário, tais encontros correm o risco de se tornarem irrelevantes e inúteis, com a conseqüência de as pessoas se sentirem tentadas a crer cada vez menos na utilidade do diálogo e, ao invés, a confiar no uso da força como caminho para resolver as controvérsias. As repercussões negativas sobre o processo de paz, que têm os compromissos assumidos e depois não respeitados, devem induzir os chefes de Estado e de governo a ponderarem, com grande sentido de responsabilidade, cada uma das suas decisões.

Pacta sunt servanda – reza uma máxima antiga. Se todos os compromissos assumidos devem ser respeitados, que haja um cuidado especial em dar execução aos *empenhos tomados com os pobres*. Com efeito, para eles seria particularmente frustrante o não cumprimento de promessas que lhes foram anunciadas como de interesse vital. Nesta linha, a falta de observância dos compromissos com as nações em vias de desenvolvimento constitui uma séria questão moral e põe ainda mais em evidência a injustiça das desigualdades existentes no mundo. *O sofrimento causado pela pobreza agudiza-se dramaticamente quando falha a confiança*. O resultado final é a perda de toda a esperança. A existência da confiança nas relações internacionais é um *capital social de valor fundamental*.

Uma cultura de paz

9. Vendo bem as coisas, tem-se de

reconhecer que a paz não é uma questão tanto de *estruturas* como sobretudo de *pessoas*. Sem dúvida que as estruturas e os mecanismos de paz – jurídicos, políticos e econômicos – são necessários e muitas vezes felizmente existem; mas constituem apenas o fruto da sabedoria e da experiência acumulada, ao longo da história, pelos inumeráveis gestos de paz, realizados por homens e mulheres que souberam esperar, sem nunca ceder ao desânimo. *Gestos de paz* nascem da vida de pessoas que *cultivam constantemente no próprio espírito atitudes de paz*; são fruto da mente e do coração de «obreiros da paz» (cf. Mt 5,9). *Gestos de paz* são possíveis quando as pessoas têm em grande apreço à dimensão comunitária da vida, podendo assim perceber o significado e as consequências que certos acontecimentos têm para a sua própria comunidade e para o mundo inteiro. Gestos de paz criam uma tradição e uma cultura de paz.

A religião possui uma função vital para suscitar gestos de paz e consolidar condições de paz, podendo desempenhá-la de forma tanto mais eficaz quanto mais decididamente se concentrar naquilo que lhe é próprio: a abertura a Deus, o ensino da fraternidade universal e a promoção de uma cultura solidária. O «Dia de Oração pela Paz», que promovi em Assis em 24 de janeiro de 2002 com a participação de representantes de numerosas religiões, tinha em vista isso mesmo. Queria expressar o desejo de educar para a paz através da difusão de uma espiritualidade e de uma cultura de paz.

A herança da «Pacem in terris»

10. O Beato João XXIII era pessoa que *não temia o futuro*. Ajudava-o a manter esta atitude de otimismo, uma convicta confiança em Deus e no homem que provinha do profundo clima de fé no qual tinha crescido. Abandonando-se decididamente à Providência, mesmo num contexto que parecia de permanente conflito, não hesitou em propor aos dirigentes do seu tempo uma visão nova do mundo. É esta a herança que ele nos deixou. Ao pensarmos nele neste Dia Mundial da Paz de 2003, somos convidados a empenhar-nos nos mesmos sentimentos que ele nutria: confiança em Deus misericordioso e compassivo, que nos chama à fraternidade; confiança nos homens e mulheres de todos os tempos incluindo o nosso, por causa da imagem de Deus igualmente impressa no espírito de todos. Partindo destes sentimentos, pode-se esperar a construção de um mundo de paz sobre a terra.

No início de um novo ano na história da humanidade, o desejo que brota espontaneamente do fundo do meu coração é que possa, no espírito de todos, desabrochar um ímpeto de renovada adesão à nobre missão que a Encíclica *Pacem in terris* propunha, há quarenta anos, a todos os homens e mulheres de boa vontade. Uma tal tarefa, que a Encíclica qualificava como «imensa», consistia em «restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade». O Papa especificava logo a seguir que tinha em mente «as relações das pessoas entre si, as relações das

peessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como as relações de pessoas, famílias, organismos intermediários e comunidades políticas com a comunidade mundial». E concluía reiterando que o compromisso de «consolidar a verdadeira paz segundo a ordem estabelecida por Deus» constitui uma «tarefa nobilíssima» (*Pacem in terris*, V: o.c., 301-302).

O quadragésimo aniversário da *Pacem in terris* é uma ocasião muito oportuna para recolher o tesouro do ensinamento profético do Papa João XXIII. As comunidades eclesiais hão de estudar a forma apropriada de celebrar ao longo do ano este aniversário, através de iniciativas que não deixarão de ter caráter ecumênico e inter-religioso abrindo-se a quantos se sentem profundamente movidos «para abaterem

barreiras que dividem, para corroborarem os vínculos de caridade mútua, para compreenderem os outros, para perdoarem aos que lhes tiverem feito injúrias» (*ibid.*, V: o.c., 304).

Acompanho estes votos com a oração a Deus Onipotente, fonte de todo o nosso bem. Ele, que a partir das condições de opressão e conflito nos chama à liberdade e à cooperação para o bem de todos, ajude as pessoas dos vários ângulos da terra a construírem um mundo de paz, assente sempre mais firmemente sobre as quatro colunas que o Beato João XXIII indicou a todos na sua histórica Encíclica: *verdade, justiça, amor e liberdade*.

Vaticano, 8 de dezembro de 2002.

Joannes Paulus II

**“A religião possui
uma função vital para suscitar
gestos de paz e consolidar
condições de paz...”**

Informe CRB

Confederação Latino-Americana de Religiosas e Religiosos
XXXV Junta Diretiva

Mensagem Final

Ao terminar a 35ª Junta Diretiva da CLAR, realizada em Guatemala, queremos saudar todos os irmãos/ãs religiosos/as da América Latina e Caribe, e, por meio desta mensagem, fazer com que eles e elas sejam participantes de nosso trabalho desses dias.

A presidência da CLAR, a equipe de teólogos/as, assessores da presidência (ETAP) e os/as presidentes das conferências nacionais partilharam dias de oração, reflexão e trabalho, acolhidos pelos irmãos e irmãs da Conferência dos Religiosos da Guatemala (CONFREGUA), rodeados pela beleza desse país e simplicidade de sua gente. Comoveu-nos a riqueza dos mártires deste povo, expressão de sua dor e, ao mesmo tempo, sinal inequívoco de sua fidelidade ao Evangelho.

Ficamos profundamente abalados com a realidade de nossos países e constatamos a gravidade do momento presente. Nossos povos sofrem a exclusão e a miséria, consequências da globalização neoliberal. Nossos gover-

nantes, distantes de suas responsabilidades em favor do bem comum, negociam, de costas para o povo, a dívida externa e o Tratado do Livre Comércio das Américas (ALCA), ignorando irresponsavelmente a pobreza e a exclusão que esse mesmo Tratado irá provocar em nossos países. Com grandes expectativas e esperança observamos que são muitos os que, ao longo deste continente, se organizam e se esforçam, convencidos de que outro mundo não só é possível mas também necessário e urgente.

Como vida religiosa, queremos reavivar nosso profetismo, valorizar a história, e, também, a nossa, como lugar de salvação de nosso Deus, despertar nosso ouvido para as pequenas insinuações da vida, participar, com audácia, do despontar de uma nova cultura que ilumine os valores do Reino e seja referencial para o homem e a mulher de hoje.

Nesses dias, recolhemos os frutos da primeira etapa do Caminho de Emaús.

Descobrimos que, o que começou como um projeto, adquiriu agora maior profundidade. Emaús é um convite do Espírito a empreender em nossas comunidades um itinerário espiritual, um caminho de conversão. Trata-se de caminhar nas sendas do Espírito, como VR latino-americana e caribenha, do mesmo modo que o fizeram nossos/as fundadores/as sem saber até onde seriam conduzidos por ele. Trata-se de, como Nicodemos, ir ver Jesus e receber dele a

proposta de “nascer de novo”, de “nascer da água e do Espírito”.

Com alegria já vislumbramos, na esperança, resultados desta primeira etapa de nosso processo: a experiência intercongregacional, a tomada de consciência de que precisamos maior proximidade com os leigos para que participem de nossos carismas e missão, melhor percepção do mundo juvenil, unir mais vivencialmente mística e compromisso.

Guatemala, 18 a 22 de novembro de 2002

**“Emaús é um
convite do Espírito
a empreender em nossas
comunidades um itinerário
espiritual, um caminho
de conversão.”**

A nova conjuntura política e a vida religiosa

J. B. LIBANIO, SJ

1. A tensão entre medo e esperança

Viver é perigoso, dizia o literato mineiro. E facilmente transformamos o perigo em visão negativa de tal modo que nossa fala sobre a vida se transforma em contínua lamúria. A campanha política, que terminou com as eleições gerais, conjugou duplo discurso. Os candidatos da oposição desvelaram e desvendaram ao máximo as mazelas da realidade do país. Depois dos programas eleitorais saíamos cabistonos de tantos problemas. Mesmo assim, faziam questão de anunciar dias melhores.

Independentemente da conjuntura política, tecida ora escuramente ora com projeções mais otimistas, o cristão é quem não perde nunca a esperança. Atravessa o Novo Testamento a admoestação de não ter medo. Na anunciação o anjo diz a Maria para não ter medo (Lc 1,30). O mesmo anjo diz a José para não temer em assumir Maria como esposa, embora não soubesse que mistério estava a acontecer com ela (Mt 1,20). Várias vezes Jesus repe-

tiu para os discípulos que não deviam ter medo. O mais importante é o contraste entre a dupla afirmação: Não temais, sou eu! (Mt 14,27). Está aí a lição: o cristão não tem a temer, porque o Senhor está junto dele em qualquer situação que viva.

Recordar isso é importante na nova conjuntura política em que se vive profunda transformação. Até então a elite sempre governou este país. Mesmo quando algum dos eleitos tivesse vindo de classe popular, quando chegava ao poder já era elite e feito pela elite. Este novo governo faz questão de reverter o processo. Os riscos são maiores, porque desconhecidos. Parte da afirmação de que "um Brasil diferente é possível" e de que "a esperança venceu o medo". O futuro está aberto para ser construído. Em dado momento, quando a conjuntura favorável ao candidato do PT parecia reversível, houve um jogo duro sobre ele, provocando medo na população de desastre econômico, se ele ganhasse. O megainvestidor Soros trovejou de um lado, outros

especuladores jogaram o dólar lá em cima, a artista Regina Duarte entrou em cena. Mesmo depois de manifesta-da a supremacia no primeiro turno, o candidato do governo retomou ferozmente a tecla do medo. Daí a percepção do resultado: a esperança venceu o medo.

A humanidade fez, como pregou S. Leão Magno no V século, uma experiência exemplar que serve para iluminar todas as outras. Sobre o nascimento de Jesus, diz o Santo: "não pode haver tristeza quando nasce a vida: dissipando o temor da morte, enche-nos de alegria com a promessa da eternidade" (PL 54,190). Assim toda experiência de vida, remete-nos ao nascimento de Jesus. O Brasil hoje se alegra porque há sinais de vida para o povo mais pobre na atual conjuntura. Como a alegria e a felicidade, que Jesus trouxe, não evitaram o sofrimento, a luta, as derrotas passageiras, assim também tais contingências podem acontecer. Mas é importante que não se perca a esperança.

2. Significado da vitória de uma causa explicitamente popular

Muitos religiosos têm até hoje dificuldade de trabalhar as questões políticas no interior da vida religiosa, especialmente quando entra em jogo algum partido. De tantos lados e de autoridades ponderáveis se ouviu que a opção da vida religiosa e a partidária não se casam. O religioso inverte a natureza da política. Na política, as opções partidárias são públicas e as op-

ções religiosas pertencem ao mundo privado. O religioso testemunha publicamente sua vida religiosa, às vezes, até com o hábito externo, enquanto guarda no rincão do coração as opções políticas partidárias.

Há razões ponderáveis para tal inversão. Vão em duas direções. A vida religiosa situa o religioso no plano de um compromisso fundamental com Deus pela entrega de sua pessoa. Faz parte essencialmente do universo da fé. E a política exige a pessoa toda entregue às causas representadas frequentemente por partidos. Outro ponto olha a comunidade a que o religioso serve. A opção partidária leva o perigo de dividir a comunidade a que ele serve.

A atual conjuntura política permite e até exige mudança de percepção. Não se trata estritamente da vitória política de um partido. Nela aconteceu algo maior. E isso permite resolver os dois impasses anteriores.

Está em jogo a vitória da causa popular, da esperança dos pobres. Não na sua forma escatológica e absoluta, como descreve Mateus no capítulo 25. É uma vitória acontecida na fragilidade, na ambigüidade, nos riscos. Basta ver como em outros países, como p. ex., na Nicarágua, vitória semelhante desandou e terminou tristemente envolvida pela ardilosa corrupção e pela sede sôfrega do poder. Pecado de que nenhuma causa ou instituição humana, nem a Igreja, estão isentas.

A vitória da causa popular está aí nas suas possibilidades de avanço ou fracasso, de fidelidade ao povo ou de

tração, de serviço aos necessitados ou de interesses dos vitoriosos. Não se tem o direito de ser ingênuo ou cego.

O destino dela está entregue à responsabilidade de todos, inclusive dos religiosos. Aí entra a resposta às objeções acima indicadas. Descobrir no avanço da causa popular um sinal do Reino de Deus em ação não requer muita ginástica teológica.

Desde seus primórdios, a teologia da libertação vem batendo na tecla da opção de Deus e de seu Filho Jesus pelos pobres. E ao fazermos nós também tal opção, coincidimos com a opção do próprio Deus. E então não existe traição à consagração religiosa da parte de quem se solidariza com tal causa. Não contraria a opção primordial por Deus, mas a concretiza numa forma histórica com todos os riscos das mediações humanas. É essa a natureza intrínseca de todo discernimento: ousar encontrar Deus, o Infinito, o Absoluto, o Mistério insondável na pequenez do finito, do relativo, do sondável.

À questão da divisão da comunidade por causa de uma opção responde-se pelo lado do in-partidário, não-partido da opção feita. Ela goza de totalidade, de universalidade por causa do pobre. O pobre, outra afirmação antiga da teologia da libertação, é um universal concreto. É concreto, porque vive uma condição determinada, num tempo e espaço bem situado. Padece das circunstâncias adversas. Mostra mais que ninguém como é concreto seu sofrimento. É universal porque nele se manifesta mais claramente o valor como ser humano. Quanto mais despo-

jado de outras realidades, mais aparece que o seu valor vem de algo maior, de sua realidade humana, do amor que Deus lhe tem, da preferência do Messias Jesus. Aí está sua força universal provocativa.

A conjuntura atual, ao privilegiar a causa do pobre na sua condição mais grave de fome e miséria, mostra-nos duas faces absolutamente compatíveis com a vida religiosa: expressão significativa da presença de Deus e missão que não divide, mas une todas as forças da comunidade. Os cristãos que não aceitassem a opção pelos pobres e cindissem a comunidade, não o fariam em nome de sua fé, mas contra ela. Esta divisão não é culpa da opção pelos pobres, mas do pecado que por natureza é dia-bólico – aquele que divide.

Que a causa popular tenha vencido principalmente por obra de um partido não diz nada contra a causa popular, mas a favor do partido que soube encarná-la e levá-la à frente. Nesse momento, o partido é maior que ele mesmo e merece apoio até mesmo de quem não pertence a ele. Ele simplesmente conseguiu dar maior clareza ideológica a um jogo que se vem fazendo faz 500 anos no Brasil. Por isso, a vitória do PT é maior que a do partido. Numa leitura simbólica, significa, como muitos comentaristas têm acentuado, uma mudança de orientação fundamental.

3. Projeto neoliberal em curso

Ajuda entender a novidade da conjuntura ter uma idéia de que projetos

político-econômicos estão em jogo¹. Aos nossos olhos, desenvolve-se presentemente um projeto neoliberal sob a regência da atual equipe econômica. Não cabe aqui explicar as razões que permitiram e propiciaram o surto neoliberal depois de décadas de um neocapitalismo com tintura social do Estado do Bem-estar: a derrocada do socialismo, a crise e falência do estatismo, especialmente do Estado do Bem-estar social pelo crescimento gigantesco de seus custos e diminuição das entradas, etc.

Neoliberalismo significa três coisas diferentes². Essa complexidade dificulta uma análise mais clara e menos grosseira. Há aspectos estritamente técnicos de natureza econômica que seguem regras próprias. Há a ideologia que comanda as decisões econômicas. E por fim estão em jogo valores humanos que sustentam a ideologia ou dela decorrem.

Aspecto econômico

O neoliberalismo apóia-se no monetarismo ortodoxo com a defesa intransigente do equilíbrio fiscal. Procura manter a inflação baixa à custa de juros elevados, restrição de acesso ao dinheiro fazendo-o caro, contenção de despesas, contínuos ajustes fiscais, controle do déficit público com superávit primário, apoio às exportações para acumular dólares a fim de pagar em dia ou rolar,

conforme o caso, a dívida interna e externa e ter em caixa dinheiro suficiente para manter a credibilidade dos investidores externos, respeito dos acordos com o FMI cujos conteúdos escapam do conhecimento da nação. Acontece extrema financeirização da economia, que decuplicou em 25 anos a proporção entre o capital financeiro e o investido na indústria e comércio a favor do financeiro. Hoje, observa Pedro A. Ribeiro de Oliveira, o capital financeiro é dez vezes superior às transações reais³. Estamos metidos até o pescoço nessa ciranda financeira.

Tal política tem produzido uma contradição até certo ponto ridícula. Há verbas destinadas ao campo social, mas que não são gastas para não baixar o lastro de credibilidade exigido pelo capital internacional. Há e não dinheiro para o campo social. É como se alguém vivesse num palacete de ouro sem comida. Passaria fome no meio à imensa riqueza. Esse monetarismo ortodoxo funciona à medida que angaria a confiança do capital financeiro internacional. Só que para manter tal confiança, todo o povo definha.

Esta faceta do neoliberalismo aparece tão insensata, à primeira vista, que apenas entendemos como pessoas inteligentes embarcaram nela. Suspeitamos que haja dificuldades maiores que

¹ Clarificante análise sobre este ponto, da qual nos nutrimos, é a "Análise de Conjuntura/Outubro 2002" para apresentação à CEP e Presidência da CNBB, feita pela equipe dirigida por Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Brasília, CNBB, 2002, mimeo, disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/estudos/conj200211.doc>>

² Ver a excelente e clara exposição sobre o neoliberalismo: I. Camacho, Dez perguntas sobre o neoliberalismo, in Perspectiva Teológica 30 (1998), pp. 339-367.

³ CNBB, Análise de Conjuntura/Novembro 2002, organizada pela equipe de P. A. Ribeiro de Oliveira, disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/estudos/conj200211.doc>>

a evidência dos fatos não permite perceber.

Aspecto ideológico

O aspecto ideológico do neoliberalismo cai mais sob nosso juízo, já que implica opções básicas. Ele se assenta sobre três pilstras: centralidade do mercado, redução do Estado e expurgo dos elementos sociais incrustados no neocapitalismo da fase anterior.

A centralidade do mercado justifica-se a partir de muitos aspectos. O próprio papa João Paulo II na Encíclica *Centesimus annus* afirma a necessidade do mercado livre diante do fracasso do sistema socialista que queria controlá-lo por meio do Estado. A queda do socialismo real mostrou que sem liberdade de mercado a economia não recebe estímulos suficientes e num mundo globalizado de concorrência termina sucumbindo diante do progresso dos adversários. Vendem mercadoria melhor e mais barata.

O neoliberalismo partiu dessa evidência e levou-a ao extremo, entregando ao livre mercado as regras do jogo econômico. Resultado: excelente para os mais fortes e terrível para os mais fracos. As economias estáveis e vigorosas cresceram e continuam crescendo em proporções cada vez maiores que as economias emergentes ou fracas. Estas ou desarticulam-se ou crescem em ritmos mais lentos com muito sacrifício.

O fenômeno complica-se porque o fator que poderia equilibrar tal jogo do mercado seria o Estado nacional. Este perde força em virtude da globalização e do processo de privatização. Entre-

ga-se o cuidado do galinheiro às raposas do capital internacional. Devoram as aves frágeis.

E para agravar mais a situação acontece o terceiro movimento. O capitalismo liberal selvagem dos inícios da industrialização recebeu muitas oposições da classe operária organizada, da intervenção de partidos socialistas ou trabalhistas que ocuparam o poder de países capitalistas, da evidência de sua desumanidade, de críticas de muitos setores das igrejas, da elaboração da doutrina social do magistério pontifício e de outros fatores. Não teve outro remédio do que assimilar elementos sociais a ponto de criar um Estado do Bem-estar social. Pois bem, o neoliberalismo está agora a desmontar esse Estado do Bem-estar, arrancando violenta ou sutilmente as conquistas sociais de séculos. Voltamos, em alguns lugares, às piores fases do capitalismo liberal selvagem. É isso que apareceu na campanha eleitoral sob o nome de desemprego, de achatamento salarial, de flexibilidade da lei trabalhista, etc.

Nível dos valores

Há um terceiro nível do neoliberalismo que ainda nos toca mais de perto como religiosos. São os valores que ele prioriza. Aí aparece mais claramente sua perversidade. E não precisa conhecer economia para perceber. Basta ser pessoa humana.

O valor máximo do neoliberalismo é a capacidade sadia para competir e vencer. O desenvolvimento tecnológico, científico, econômico apresenta-se como contínua superação da fraqueza e ex-

prime a vitória do mais forte, do mais bem preparado, do mais sadio. E todos os fracos, doentes, ignorantes, pobres, despreparados são entregues à sua miséria para que desapareçam sem deixar saudades.

É tão óbvia essa ideologia que apenas percebemos sua perversidade. Todos dizemos que nos devemos preparar para o futuro, que sem estudos não venceremos na vida, que não podemos perder nenhuma chance de ganhar, que devemos aproveitar ao máximo as oportunidades, os gozos, os prazeres. Os ídolos masculinos e femininos são pessoas de sucesso. As imagens de propaganda batem essa tecla. Volta-se ao ideal grego “καλο’ και αγαθο’” – bonito e bom.

E quem não se enquadra em tal modelo? Pobrezinho, é culpado de seu fracasso. Alguns vão mais longe, como Palay, o pregador argentino naturalizado americano, que chama os pobres de pecadores, de preguiçosos. Portanto, mercedores da discriminação que sofrem.

A nossa sensibilidade de religiosos diante da rudeza dessa descrição cai na conta no horror anticristão de tal ideologia. O primeiro a ser eliminado nesse sistema é Jesus. Homem tão inteligente, mas tão inútil em termos do sistema. Andarilho pobre. Pregador para os pobres. Convivia com os pobres. Morreu na absoluta pobreza.

4. Um projeto popular

A esperança reside em que a vitória tenha sido de outro projeto. Aqui o processo de compreensão tem de ser o inverso. A maior mudança, imediata, clara e sem reboços, se dá no nível ideo-

lógico dos valores. Já com menos poder, desce para o nível dos traços ideológico-políticos. E mais difícil e, talvez, mais lentamente do que desejamos, atingirá as regras econômicas.

O poder decisório do novo projeto é maior na ordem inversa da implantação do modelo neoliberal que é forte no monetarismo ortodoxo, segrega princípios políticos justificativos e termina criando uma ideologia que o faça funcionar bem. Ele começa afirmando os valores, marcando a ideologia para em seguida descer às decisões econômicas, onde a dependência e limites são maiores. Os valores e a ideologia comportam-se como o óleo que lubrifica o sistema econômico.

O novo projeto jogará areia na máquina do sistema liberal. Implica inversão radical na opção principal. Já não escolhe como parceiros privilegiados os sadios, os fortes, os poderosos. Lembra a nosso ouvido cristão uma frase de Jesus: “Não são os sadios que precisam de médico, mas os doentes” (Mt 9, 12). Em termos políticos, não são os ricos que necessitam do Estado, mas os pobres, os explorados, os deserdados da sociedade. Não são os que têm três ou mais refeições suculentas por dia que carecem de comida, mas os que têm fome e vivem na miséria. É axiomático e esperançoso que a prioridade número um do atual projeto seja o combate à fome e à miséria. Não é importante unicamente o gesto de lutar contra a fome, mas o fato de ele revelar mudança ideológica do sistema.

À medida que a prioridade principal forem aqueles que são mais fracos, mais

indefesos e desprotegidos, o sistema começa a modificar a trindade política do neoliberalismo. Em vez de centralidade do mercado, pôr-se-á o mercado a serviço da produção de bens populares, de alimento para a nação. O destinatário primeiro será o povo, mesmo que não seja igualmente rentável. E para isso, toca-se o segundo dogma neoliberal. O Estado necessita recuperar sua força de promotor e defensor de quem não é capaz de defender-se. Assim era a concepção de rei que aparece nos tempos bíblicos. E por fim, volta-se a reintroduzir no sistema leis econômicas que protejam o mais fraco.

E assim essas mudanças atingirão o nível estritamente econômico com menos liberdade que talvez desejássemos. Aí as forças em jogo são monstruosas. Por isso, a previsível lentidão nessas mudanças não implicará necessariamente que se regrediu nos níveis anteriores ideológico e de valores.

Esta mudança, embora nova e radical, não caiu do céu. Houve projetos nacionaldesenvolvimentistas protagonizados por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que já iniciaram alguns pontos deste projeto atual. Foram violentamente abortados por golpes militares, quando a burguesia viu que não o conseguiria pela via eleitoral. Eles tentaram a construção de economia nacional apoiada por uma intelectualidade modernista, por segmentos da burocracia civil e militar e empresários industriais de corte nacionalista. Alguns mesmos que hoje estão apoiando essa nova proposta.

Nalguns aspectos, os regimes militares, sobretudo na gestão Geisel, mantiveram aspectos nacionais que permitem hoje certa autonomia do país para um salto qualitativo maior.

Entretanto, o projeto vitorioso nas últimas eleições conserva originalidade única. De fato, nunca um projeto popular chegou ao poder, como agora. Esteve presente em muitas mobilizações sociais e democráticas, nas lutas sindicais, no movimento tenentista das primeiras décadas do século XX, nas mobilizações e lutas populares antes do golpe militar de 64. O governo João Goulart tinha proposto reformas de base que afetavam a democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e político. Depois de 1964, muitas idéias populares passaram para a resistência democrática. Pelos anos de 1978, dez anos depois das últimas greves, surge no movimento operário do ABC paulista o líder operário que hoje foi eleito presidente. Foi uma trajetória de luta pelos ideais populares.

O Brasil viveu momentos maravilhosos de mobilização popular por ocasião das Diretas Já, da luta pela redemocratização, da Constituinte com projetos populares, do impeachment do Collor. A própria Constituição de 1988 incorporou direitos civis, sociais e políticos e econômicos da cidadania brasileira. Só que muitos deles esperam até hoje sua regulamentação para se efetivarem.

Esse projeto popular coexistiu em forma recessiva durante todo esse período de exacerbação do neoliberalis-

mo. Trava-se no mundo acadêmico discussão se existe no Brasil verdadeiro neoliberalismo. Não vale a pena entrar em tal questão. Acima indicamos uns pontos mais ou menos consensuais sobre a presença do que vulgarmente se convencionou chamar de neoliberalismo.

Essa discussão é inútil para o povo. A sua sensibilidade repudiou nessas eleições "isto que está aí", chame-se como quiser. Esse repúdio popular se fez desde uma sensibilidade mais do que de um saber. Nem lhe interessa discutir se as medidas do governo FHC foram ou não inevitáveis. Seja como for, não querem que isto continue. O candidato do governo quis transformar a campanha eleitoral num debate teórico técnico-econômico sobre as linhas mestras do atual sistema e o que dele se deve manter, aprimorando-o. Não causou sucesso, pois perdeu em todos os estados da federação, exceto em Alagoas. Queria-se levar a oposição a reconhecer a inevitabilidade da política do governo⁴.

Para o povo valia a prática cotidiana com desemprego, queda de poder aquisitivo da classe média, enriquecimento de pequena camada, peso do capital financeiro, arrocho salarial com uma inflação constante, de baixa mais corrosiva intensidade. Os preços administrados pelo governo foram os principais causadores da inflação. As privatizações pareceram inúteis e prejudiciais, já que se queimaram bilhões de dólares do patrimônio nacional no

fogo consumidor da crescente dívida externa e interna. As constantes visitas e imposições do FMI com acordos não transparentes pesaram contra a credibilidade do governo. A corrupção crescente de políticos, a vulnerabilidade do judiciário, a política hostil ao Movimento sem-terra, a saúde popular em estado precário, embora com melhorias no combate à (AIDS), tornaram o quadro mais escuro. Numa palavra o cotidiano do pobre não só não melhorou, como piorou muito.

Tudo isso tornou plausível outro projeto político onde aumentassem a participação e o poder do povo nos centros de decisão do país. O PT e Lula simbolizam e encarnam tal proposta. Verdadeira refundação da configuração básica da sociedade. Aparece também a nítida vontade de mudar. Encerrou, esgotou o atual modelo econômico social. E os inícios e as opções básicas necessitam mostrar essa mudança radical de rumo social e de ânimo. Há esperança na potencialidade do país. Um jovem do Sul enviou ao Lula uma frase de que o presidente depois se apossou. Fazer logo o que é necessário, depois o possível e de repente perceberá que está a fazer o impossível. E o necessário é a luta contra a fome e a pobreza.

Parte-se da nítida distinção. Fome é emergencial, pobreza é estrutural. A fome se combate a curto prazo e a pobreza a longo. A fome se ataca com cesta básica. O projeto é Fome Zero, criando provavelmente um Conselho de as-

⁴ J. Luís Fiori. Projeto nacional e popular de desenvolvimento é desafio para o PT, mimeo, 2002.

ressoria e uma Secretaria ligada diretamente à Presidência da República, que articulará as iniciativas já existentes e pensará outras novas. Algo viável dentro de prazo relativamente curto. A pobreza pede mudanças econômicas estruturais que mexem na distribuição de renda, na participação da produção, no investimento produtivo e nas políticas sociais. Uma Pobreza Zero não existe nem nos países mais desenvolvidos e sociais do mundo. Mas sua diminuição gradual é exequível. A meio caminho estão medidas de educação familiar popular, bolsa-escola para os filhos, centros de cultura com arte, esporte e saber em cada município para ocupar as cabeças das pessoas antes que seus corpos se percam na droga, no crime. Tudo isso anda sendo pensado e planejado para essa nova fase do país.

Em termos mais sofisticados, a gramática do poder deixará as clássicas regras até então dominantes para assumir nova configuração. Está em jogo uma maneira nova de fazer política. Menos burocracia e mais governo junto ao povo, menos fria tecnocracia e mais coração sentindo de perto o sofrimento do povo. Afasta-se da concepção de um Estado patrimônio dos ricos e poderosos que o usaram em seu benefício para um Estado parceria privilegiada com todas as forças sociais que lutam contra a pobreza e a miséria.

No horizonte da luta contra a miséria, entende-se a Reforma Agrária. No campo situa-se um dos problemas graves no nível de produção de alimentos. Os grandes proprietários produzem ali-

mentos para exportação que são mais lucrativos, enquanto a produção para a população é descuidada. E sem isso, não se combate a fome. Pequenos proprietários teriam mais condições de suprir alimento para o povo. Empregam mais pessoas, diminuindo a taxa de desemprego e o êxodo rural, ou até mesmo revertendo parte dele. Assim as péssimas condições de vida nas megalópoles encontram alívio. E nesse contexto, a Reforma Agrária cabe bem.

A iniciativa do Governo Itamar da CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), que surge no movimento de "Combate à Fome e à Miséria", encontrou desvio de rota com a substituição do CONSEA pela Comunidade Solidária, renomeada Comunidade Ativa, presidida por D. Ruth Cardoso. Saiu do campo de prioridade a questão da segurança alimentar, apesar de ter havido ampliação do Programa de Cestas Básicas (PRODEA) com atividades localizadas.

A vitória popular não caiu feita do céu, nem se conseguiu num passo de mágica. A história constrói-se na lentidão dos lençóis freáticos. Tem um lado pessoal do Lula que tenazmente se preparou, criou alianças, superou uma imagem de radical, se apoderou de técnicas comunicativas. Antes já vinha de uma longa experiência de líder sindical, de exímio negociador, conjugando a firmeza com a maleabilidade, conhecendo o povo desde suas entranhas de dor e o poder nos encontros de reivindicações, de negociações.

Não consigo escapar da tentação de ver na sua trajetória elementos de se-

melhança com a vida de Moisés. Ambos fadados a morrer na infância, um condenado pelo Faraó pelo fato de ser menino, outro agredido pela miséria do Nordeste. Um conheceu a experiência do deserto e da luta contra o exército egípcio, outro viveu o deserto das caatingas nordestinas e a luta operária nas fábricas do ABC. Um dialogou em defesa do povo com o Faraó com risco de sua vida, outro enfrentou a repressão militar até à experiência da prisão na defesa dos interesses dos operários. Um foi líder do povo, conduzindo-o do exílio do Egito até às portas da Terra Prometida. Outro está agora chamado a conduzir o Brasil do cativo econômico às portas de um país de justiça social. E as analogias poderiam continuar.

Justiça social é a tecla principal do projeto popular. A justiça da troca favorece o comércio. A justiça distributiva soa doação de Robin Hood. A justiça social traz a verdade para dentro da realidade. É justiça plantada no interior de todas as relações que comandam a vida social, desde a econômica até a religiosa. Seu inimigo maior é a exclusão, a marginalização. Pessoas, segmentos, classes, regiões vivem fora do jogo da vida da sociedade. A justiça social é mais que inclusão de todos num mesmo jogo. É antes modificação das regras desse jogo de modo que se criem oportunidades para todos no respeito de suas liberdades.

5. A contribuição da vida religiosa

Indo além do caráter pessoal da vitória do Lula e do aspecto partidário

do PT, estamos diante de um projeto popular que afeta toda a nação. O nosso ideal religioso encontra maior sintonia com ele como nunca. Não se trata de argumentação teórica abstrata, mas de uma sensibilidade.

Distinguimos dois níveis próximos: emoção e sensibilidade. No decurso da campanha eleitoral, houve momentos de enorme emoção. Ela fala à nossa camada periférica, sentimental. Toca a afetividade imediata. A cultura midiática acostuma-nos às emoções a ponto de pedir sempre maior intensidade. O desafio dos programas de auditório é encontrar cenas cada vez mais emocionantes. E para isso há regras estudadas pela psicologia de massa. As emoções não têm profundidade. Com a mesma rapidez que brotam, arrefecem e desaparecem. Falam diretamente aos sentidos. Fluidez e provisoriedade as caracterizam. O jogo de emoções move-se pelos contrastes afetivos da violência à ternura, do ódio à misericórdia, da rigidez à flexibilidade. Rodou pelo Continente a célebre frase de Che Guevara: "hay que endurecer sin perder la ternura".

As emoções gozam de menor controlabilidade, especialmente quando alcançam as massas. O risco de explosões irracionais cresce quanto maior for a aglomeração e mais tensa for a situação. Jogos de futebol de equipes rivais têm terminado em muitos estádios numa fúria destruidora de ônibus, automóveis e outras instalações de vandalismo incontrolável. As pessoas são movidas a reações irrefletidas.

Houve um entusiasmo que abalou emocionalmente o país – a chamada

onda Lula – como um terremoto. Foi importante para o momento eleitoral, mas não tem consistência para garantir e sustentar um projeto a médio e longo prazo.

Precisamos passar do nível da emoção para o nível da sensibilidade. A sensibilidade pede intuição. Exprime o lado feminino do ser humano, presente predominantemente na mulher, mas também existente no homem. Fala ao mistério profundo de nossa realidade humana. Toca o desejo maior que existe no coração das pessoas e que as move à práxis. Atinge pelas portas dos sentidos, da inteligência, da vontade e da liberdade o universo interior de grandeza espiritual das pessoas.

O/A religioso/a é alguém que, por vocação, se educa, desenvolvendo uma sensibilidade humana, espiritual. Santo Inácio ensina que o que “sacia e satisfaz a alma não é o muito saber, mas o sentir e saborear as coisas internamente”. Comenta o P. Géza, que esta é uma expressão dos místicos medievais para traduzir o dom do Espírito Santo, a consolação interna, a graça da esperança teologal, que dá a satisfação, a firmeza, a confiança inabalável, provenientes da certeza da ação divina em nós, é a nossa segurança no Amor de Deus⁵.

O dom de Deus não depende de nós. Mas despertar as pessoas, criar uma pedagogia que as prepare e as deixe abertas a uma sensibilidade para a solida-

riedade é obra nossa. E a grande contribuição dos religiosos na atual conjuntura é desenvolver uma maior sensibilidade social para todos os projetos da Igreja e do governo que visem à erradicação da fome e da miséria.

Tanto mais importante é tal atitude quanto mais os religiosos têm sido tomados de assalto por surtos carismáticos que os têm afastado da preocupação social. Talvez seja o momento de reverter o processo. Do carismatismo ao social, como na década passada assistimos com certa tristeza ao abandono do social por parte de religiosos para entregarem-se às alegrias leves de exultações carismáticas.

A evidência da gravidade dos problemas de uma economia estagnada, de uma distribuição de renda perversa, de uma pobreza histórica e da mentira secular de que o crescimento econômico naturalmente produz distribuição e benefícios para todos constitui em quatro magnos problemas que não estão alheios a nenhuma consciência cristã⁶.

A inversão social proposta pelas inteligências lúcidas deste país permite que os religiosos participem mais plenamente dela. Não se trata de simples distribuição de renda por via de aumento de salário. Nisso não teríamos nada que fazer a não ser assistir da tribuna ao gesto magnânimo do governo e de cuja suficiente eficácia se duvida com razão.

A mudança maior virá de políticas

⁵ Santo Inácio de Loiola, Exercícios Espirituais, trad. e notas de Géza Kövecses, Porto Alegre, s/e, 1966, p.16.

⁶ C. Buarque, O quarto problema, in Informativo Rede de Cristãos, ano 3, 4 de dezembro de 2002, bolrede@alternex.com.br

sociais e nelas todos temos condição de colaborar. Há uma ignorância e insensibilidade de muitos de nós religiosos em relação a que significa política social.

Fundamentalmente se trata de melhorar o nível cultural da população, quer com escolaridade formal, quer por meio de outros recursos. Que congregação religiosa não dispõe de recursos culturais que sejam socializáveis? Bibliotecas, espaços, pessoal gabaritado, motivação, vocação e dedicação. E por que não investem em política social e continuam trabalhando predominantemente com as elites?

A saúde da população não depende unicamente dum SUS deficiente, mas muito mais de educação sanitária, preventiva. Que congregação religiosa, sem precisar de quase dinheiro, mas simplesmente de amor ao povo, não terá condição de dispor de recursos humanos educativos para melhorar esse setor da vida do povo? Basta ver o que fez a pastoral da criança.

E por que não existe uma pastoral semelhante para adolescentes, jovens carentes, que os livraria da droga, do crime organizado, da vadiagem. Gastam-se bilhões em políticas de segurança e não se trabalha a prevenção ao crime. E nesse trabalho o religioso tem muitas possibilidades de atuar.

O desgaste da vida religiosa não viria precisamente porque ela não consegue descobrir esse continente das políticas sociais e aburguesa seus mem-

bro numa vida cômoda e sem idealismo? Não tem sentido meter-se numa vida religiosa ou celibatária para cumprir tarefinhas que qualquer burocrata de nenhum entusiasmo realiza para obter seu salário.

Teologicamente estamos cansados de ouvir que Deus fala por meio da realidade. Os sinais dos tempos tornaram-se categoria importante da teologia da libertação e da prática eclesial. E sinal dos tempos são acontecimentos cuja densidade e gravidade históricas permitem suspeitar que há aí um desígnio interpelativo de Deus.

A vida religiosa caracteriza-se pela atitude permanente de discernimento desses sinais. Especialista nesse jogo difícil de descobrir nas ambigüidades dos acontecimentos o fio de ouro da vontade de Deus. A atitude fácil, muitas vezes infantil e preguiçosa de empurrar para a vontade do superior as próprias decisões, deixando-lhe, pobre homem ou mulher, com a única responsabilidade de saber o que Deus quer da história, tem engessado a criatividade dos religiosos e embotado sua sensibilidade social.

As políticas sociais, que a nova conjuntura está a desencadear, têm a força suficiente de levantar-nos, pelo menos, a suspeita de que por aí está a passar algum desígnio de Deus. E em relação a nós torna-se interpelação séria e grave.

Circulou nos meios religiosos a expressão "refundação da vida religiosa".

⁷ Novo milênio e refundação da vida religiosa: mística evangélica, missão inculturada, presença solidária, São Paulo, CRB, 1998.

As interpretações digladiaram-se. Instâncias romanas viram-na com maus olhos. O novo provoca suspeita ou até mesmo medo. Outros criticaram-na por outro lado. Temiam que, por trás, se escondiam interesses tradicionalistas. E outros tomaram-na para dar-lhe um sentido positivo, criativo.

Refundação toma um sentido paradoxal de significar não querer fundar a vida religiosa, prendendo-a às malhas institucionais, mas de dar-lhe a leveza do carisma. Refundação significa repetir hoje a proeza de Francisco de Assis na sua relação com o monacato de seu tempo. Ele quis reunir um "novus populus" que seguisse o sermão da montanha "sine glossa" e nele tivesse sua imediata regra. Isso soava contrário a fundar uma ordem religiosa segundo o Direito Canônico. Francisco queria um novo povo em antítese ao monacato que perdera muito, naqueles idos, de sua inspiração original de "fuga mundi", de pôr-se ao lado dos sem-lar e pobres, de uma peregrinação do evangelho, de uma inquietude missionária apostólica, de dinamismo, de corretivo da fé em relação à sociedade. Transformara-se em portador do sistema do mundo. Basta ver o que foi Cluny entre os séculos X-XII. Senhores feudais, vindos dos grandes da época, fundindo fé e sociedade. Francisco era o puro evangelho, sem teologia, sem comentários, sem posse, no trabalho diário, pobre com os pobres⁸.

Os religiosos necessitam de um re-

encontro com esse tipo de surto libertador para dizer um NÃO à vida religiosa emburguesada e plantada no coração do neoliberalismo e encontrar um evangelismo de cor atual. Tal força só tem futuro e perseverança, se surgir de profunda experiência mística de Deus que se deixa conhecer e amar no irmão menor. Retomamos assim a mais lúdica linha da teologia da libertação que sairá de certa letargia e rejeição. E as políticas sociais têm a chance de oferecer uma ocasião para que aconteça algo parecido com a explosão franciscana do século XIII.

À guisa de conclusão, permito-me um jogo de fantasia. Relendo a famosa carta de S. Francisco Xavier aos professores da Sorbonne, imaginei hoje o presidente Lula escrevendo aos religiosos do Brasil. Parafraseando a carta, ele diria: Muitas vezes vem-me ao pensamento ir pelos conventos e casas religiosas do país, levantando a voz como homem que perdeu o juízo e, principalmente, ir às universidades católicas, falando aí aos que têm mais letras que vontade para se disporem com elas. Quantos brasileiros morrem de fome e não têm condição digna de vida por negligência deles. E se assim como vão estudando as letras, estudassem a conta que Deus Nosso Senhor lhes pedirá delas e do talento que lhes deu, muitos se moveriam a procurar, por meio dos Exercícios Espirituais, conhecer e sentir dentro de suas almas a vontade divina, conforman-

⁸ Essas reflexões devem muito às lúcidas considerações de J. Ratzinger, *Bemerkungen zur Frage der Charismen in der Kirche*, in G. Bornkamm - K. Rahner (Hrsgg), *Die Zeit Jesu. Festschrift für H. Schlier*, Freiburg, Basel, Wien, Herder, 1970, 257-272.

do-se mais com ela do que com suas próprias afeições, dizendo: "Senhor, eis-me aqui; que quereis que eu faça? Mandai-me para onde quiserdes; e se for preciso, até mesmo pelo interior do país na campanha contra a fome e a miséria"⁹.

J. B. Libanio, SJ. Teólogo. Professor de Teologia no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus de Belo-Horizonte. Assessoria teológica em nível nacional e internacional. Várias obras publicadas.

Endereço do autor:

Caixa Postal 5047

CEP: 31611-970 - Belo Horizonte - MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Como sua comunidade viveu a "tensão medo e esperança" durante o processo eleitoral que culminou na vitória de Inácio Lula da Silva?
- 2 Para você qual é o verdadeiro significado desse fato histórico da vitória de um projeto popular no Brasil?
- 3 Que se pode aprender de um paralelo entre o projeto neoliberal e o projeto popular que emergiu vitorioso das urnas?
- 4 Qual a contribuição que a sua comunidade/província pode dar para colaborar no processo de mudanças dessa nova fase da vida política do País?

**“O Brasil viveu
momentos maravilhosos
de mobilização popular
por ocasião das Diretas Já,
da luta pela
redemocratização...”**

⁹ Mon. Hist. Soc. Iesu 67, Romae, 1944, pp. 147-148; 166-167, disponível no Próprio da Companhia de Jesus, Liturgia das horas, Braga, Editorial A. O., 1998, p.174.

Novas gerações: juventude e vida religiosa

PE. MÁRCIO FABRI DOS ANJOS, C.Ss.R

As novas gerações são o fruto mais precioso que nossa civilização planta e cultiva. São pessoas concretas em cujas mãos se coloca, em um complexo processo de aprendizagem, a tarefa de reinventar a vida com sua multiplicidade de sentidos possíveis. No espelho das novas gerações há sinais de herança e de crítica com respeito ao passado. Por elas passa a construção do futuro. Assim, não é preciso muita argumentação para justificar a importância da pergunta sobre o espaço para as novas gerações na Vida Religiosa.

Esta pergunta se impõe hoje através de pelo menos três formas principais. Primeiro, pelo inexorável envelhecimento dos quadros de ordens e congregações, que ao mesmo tempo não sabem porque passam por crise vocacional e porque já não há jovens que se empolguem com a experiência religiosa que conduzem. Segundo, porque as novas gerações que se fazem presente na Vida Religiosa trazem questionamentos explícitos ou implícitos quanto aos parâmetros de vida consagrada. E terceiro, porque, mesmo teoricamente, se acentua hoje que a Vida Religiosa é uma experiência dinâmica; que deve reler e atualizar seus carismas; deve se abrir aos

novos tempos e culturas e portanto às novas gerações.

Na presente análise, cuidamos apenas de anotar alguns elementos para compreender o que vai por detrás da expressão "novas gerações na Vida Religiosa". Indiretamente podem aparecer aspectos relacionados com questões vocacionais e desafios de formação. Podem ocorrer também observações pertinentes ao tema da inculturação e refundação da Vida Religiosa. Mas estes aspectos são aqui apenas notas marginais pois visamos mais diretamente recolher elementos para a compreensão do tema novas gerações na Vida Religiosa.¹

O tema merece inicialmente alguns esclarecimentos conceituais que não constituem mera introdução de pressupostos, mas já significam sinalizações substanciais na aproximação do assunto. Por detrás de "novas gerações" há certamente uma preocupação ética relacionada com mudanças no quadro de valores morais que balançam a Vida Religiosa. Novas gerações são certamente constituídas por "jovens", mas em que consiste a "juventude"? Assim, *valores morais* e *juventude* são dois conceitos pelos quais podemos começar a desdobrar nosso assunto.

¹ A pedido de Convergência, adaptamos neste artigo, a reflexão publicada em ANJOS M.F. "Juventud y crisis de valores morales". In: CHRISTUS - Revista de Teología y Ciencias Morales (Mexico) Vol LXVI, 2001 n.722 p.20-29; e ANJOS, M.F. "Juventude e Crise de Valores Morais". In: REB 59(1999) f. 235, 530-550.

1. O "novo" na crise de valores morais

Nas introduções aos tratados de moral, com frequência se faz hoje uma pertinente distinção entre "moral" e "ética". O termo *ética*, de origem grega, compreendia o estudo crítico e propositivo do agir humano em seus costumes, atitudes e práticas. Este conceito passou para o Latim como *moralia*, usado pela primeira vez por Cícero. Mas o termo "moral", seja como substantivo, seja como adjetivo, chegou até nós com certa ambigüidade. Ele tanto pode se referir ao "conjunto de costumes" dados e estabelecidos em um grupo ou sociedade ou mesmo aos comportamentos concretos das pessoas; como pode dizer respeito ao aparato que estuda e propõe criticamente o agir humano em suas atitudes e práticas. Sem nos perdermos em outras distinções que podem ser dispensadas aqui, alguns teóricos chamam a primeira de "moral vivida" e a segunda de "moral elaborada".²

Mas com esta distinção ainda não se contorna outra ambigüidade enfatizada especialmente a partir da teologia da libertação. Esta alerta para o fato de uma moral poder ser elaborada a partir dos seus próprios pressupostos, costumes e tradições, e portanto, ser auto-justificativa e legitimadora dos valores estabelecidos no próprio grupo ou sociedade. Uma moral *intrassistêmica*,

como alguns a denominaram.³ Diante disto, existe hoje uma preferência em reservar o termo "moral" para referir costumes, comportamentos, atitudes e valores estabelecidos. E o termo *ética*, por sua vez, fica reservado para o estudo crítico-propositivo do agir humano em seus costumes, atitudes e práticas, empregando neste estudo uma metodologia e criteriologia adequadas a superar a mera auto-justificação do que já está estabelecido. Isto aparece claro quando alguns autores atuais preferem dizer *ética teológica* em vez de *teologia moral*.⁴

Mas o que isso tem a ver com nosso assunto? Tem muito a ver porque, quando falamos de "novas gerações", estamos geralmente impactados por mudanças com referência ao que estamos habituados a ver e experimentar. Estas mudanças se tornam particularmente importantes quando afetam os aspectos éticos de nossa vida, os referenciais com que vivenciamos "valores" como a liberdade, responsabilidade, fidelidade, amizade, sexualidade, autonomia. Tornam-se impactantes quando passam a alterar a hierarquia ou ordem de importância destes valores. A mudança é chamada então de "crise de valores" e a crise é entendida frequentemente em um sentido ético negativo.

A distinção entre *moral* e *ética* ajuda a perceber que aqui se processa uma

² VIDAL, Marciano *Moral de Actitudes y Moral Fundamental*, Madrid 1990, 6^a, pg. 18ss. (Aparecida: Santuário, 1996, 34-36); J.L.L. ARANGUREN, *Ética*, Madrid 1972, 2^a, pg. 90ss.

³ Veja E. DUSSEL, *Ética Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1986, 43-44; 63-64; veja ainda E. DUSSEL, *Pode-se legitimar uma ética diante da 'pluralidade' histórica das morais?* In *Concilium* 170, 1981/1, 75-85. O autor denomina este processo de *moral intra-sistêmica*.

⁴ cfr. M. Vidal, *oc.* pg. 167.

crise de costumes e comportamentos. Esta crise exige uma avaliação ética, ou seja, desafia uma avaliação crítico-propositiva. Isto é importante porque ao falar de "novas gerações" estamos desenhando um perfil que facilmente se torna avaliativo. Para isto, notamos antes de tudo que a *moral* vigente, diante da qual por assim dizer se apresentam as novas gerações, é uma *moral* que está em crise.⁵ Uma crise que pode até ser muito benéfica e estimulante. Às vezes a insegurança diante do novo leva a imaginar os novos quadros de forma pessimista, enquanto que a segurança quanto a valores estabelecidos leva a florescer o passado. Na verdade uma comparação de cunho especificamente ético entre o passado e o presente será sempre difícil. E além do mais, de pouca utilidade, se pretender ser apenas comparação. A *ética*, ao assumir as questões do *dever ser*, se coloca antes de tudo diante da tarefa de projetar criticamente a vida dentro dos novos fatores e situações dadas. Por isto tende mais a tirar lições do passado, do que a estabelecer comparações entre passado e presente.

Diante das mudanças de valores morais das novas gerações pode-se ter uma preocupação apenas verificativa e fenomenológica. Um caminho fácil para isto é analisar comportamentos. Mas, no aprofundamento da ética teológica como tal, os avanços a partir do Concílio Vaticano II (1962-65) chamam a

atenção para a importância das *atitudes* que presidem os atos e comportamentos humanos na complexidade da vida. Nelas se expressa com mais propriedade o qualitativo ético da ação humana. Quando dizemos "valor moral", podemos incorrer na mesma ambigüidade que se origina com a confusão entre moral e ética. Aliás, pagando forte tributo a uma moral essencialista e abstrata, existe um hábito de pensar os "valores morais em si mesmos" e assim facilmente se impõem valores conforme uma ordem já estabelecida, sem outra fundamentação além desta. A avaliação ética dos valores talvez deva passar antes pela consideração e avaliação do horizonte de sentido e de significados que conduzem nosso agir. Pois é ali que se tecem os critérios para a construção de valores morais. Os Evangelhos são um exemplo disto: enquanto Jesus propõe um sentido de vida, altera conseqüentemente o quadro de valores estabelecido pela concepção legalista.

Assim, a crise de valores morais que às vezes se atribui às novas gerações, para ser adequadamente pensada, exige uma consideração de um conjunto mais amplo de mudanças nos grandes significados da vida. Estas mudanças afetam toda a sociedade contemporânea. Pensando as novas gerações em termos de juventude, pode-se dizer que o próprio "mundo dos jovens" simplesmente não existe isolado deste con-

⁵ É possível dizer que também a *ética* esteja em crise em seus métodos e critérios de analisar (ética fundamental) e reinterpretar a moral (ética aplicada). Mas embora relacionadas, a crise da *moral* e da *ética* são dois momentos distintos.

junto da sociedade. Os jovens "não podem ser entendidos a não ser no seio da sociedade em que vivem. A juventude atual condensa e espelha os problemas e conflitos de uma sociedade complexa."⁶

2. O "novo" na produção da vida

A compreensão do "novo" em nossa vida passa naturalmente pela compreensão das mudanças que estão ocorrendo. Vamos aqui nos concentrar em três tipos de mudanças, que achamos serem decisivas em todo o conjunto de transformações pelas quais estamos passando. Refiro-me às formas com que produzimos os objetos, instrumentos e bens de consumo; construímos relações humanas e ambientais; fundamentamos sentidos e significados. Nessas três formas entrelaçadas de "produzir" nossa vida podemos encontrar uma luz para entender tanto as mudanças pelas quais passamos, como também o perfil do "novo" e particularmente das novas gerações que estão despontando.⁷

A **primeira** poderia ser chamada, mesmo que impropriamente, de *novas formas de produção de bens de consumo e de serviços*. Estão compreendidos aqui os grandes avanços tecnológicos que trazem novos instrumentos de produção; instrumentos que permitem avançadas análises dos seres e objetos, ao mesmo tempo em que propiciam cri-

ação de novos materiais e a reelaboração de seus dinamismos; abrem-se para uma espécie de conquista do macro-cosmos como também do micro-cosmos; e o próprio ser humano se descobre alvo de uma reprogramação. Estamos obviamente subentendendo aqui as várias *revoluções industriais e pós-industriais*, particularmente a era da informática em que vivemos. O saber tecnológico se torna uma forma privilegiada de poder econômico e político.

Uma **segunda** estaria na produção de *relações humanas*. Diretamente conexas com as mudanças instrumentais, estariam aqui entendidas as profundas mudanças que resultam das relações entre os seres humanos, sejam grupos, classes, sociedades, indivíduos; e dos seres humanos com seu meio ambiente. As expressões de *globalidade* que se imprimem em nossas relações; e, ao mesmo, a dinâmica de *globalização*, em seus diferentes sentidos, sem dúvida estariam também presentes aqui. Vale ressaltar a concentração de poder que se dá em meio a tudo isto. Contrastando com o crescimento dos recursos na produção de bens de consumo, experimentamos profundas desigualdades que desintegram, já sem possibilidade de disfarce, a paisagem de nosso atual momento civilizatório. A acumulação de bens e concentração do poder para produzi-los tornam agudas as formas de pobreza e excluem pesso-

⁶ JIMÉNEZ ORTIZ, Antonio. *¿Cómo anunciar la experiencia cristiana a la juventud actual?* In *Proyección* 44 (1997)49-66; *Selecciones de Teología* 37(1998)n.145, pg.49 (citamos por *Selecciones de Teología*).

⁷ Fizemos uma leitura destas mudanças de forma aplicada à Vida Religiosa em ANJOS, M.F. "Tempo de Mudanças e Vida Religiosa" In: CRB, *Tempo de Sinais, Sinais dos Tempos. Provocações para a Refundação da Vida Religiosa*. Cadernos da CRB 29. Publicações CRB 2000, 28-37.

as e populações da rede de relações.

Uma **terceira** pode ser identificada na produção de *sentido e de significados* com que vemos as coisas, os seres vivos, os nossos semelhantes e a nós próprios; com tais significados entendemos e projetamos a vida em suas várias dimensões. Existe uma interrelação estreita que entrelaça as formas de produzirmos e consumirmos os bens, com o horizonte de significados que alimentam a vida. São suficientemente conhecidas as alusões ao consumismo que, como se observa, afeta não apenas o jogo econômico, mas também nosso próprio modo de ser. A acentuação da individualidade, da autonomia dos sujeitos, das exigências da subjetividade; a conseqüente percepção do pluralismo; o novo ritmo de vida inserido em nova espacialidade e temporalidade; o reconhecimento da complexidade da realidade; estes são alguns exemplos de incidências atuais nesta área. Fala-se de uma *crise de sentido*, ou de *mudança de paradigmas*.⁸

Esta proposta de esquema permite colocar certa ordem no complexo conjunto de mudanças que exigem naturalmente muitas especificações. Facilita a compreensão de como os jovens se situam em uma sociedade pós-industrial (e/ou pós-moderna, como outros preferem dizer) e das grandes mudanças que ela como um todo vive. Não apenas entre os jovens, mas na sociedade como um todo se verifica hoje "a relativização dos sistemas de

significado, elaborados coletivamente e transmitidos nos processos de socialização. Esta relativização implica a crise generalizada das instituições que sustentaram durante décadas a socialização dos indivíduos. Questionam-se assim os conteúdos a serem transmitidos, os meios a serem utilizados, as metas propostas tradicionalmente."⁹

Com isto, talvez seja mais adequado colocar a questão em outros termos. Em vez olhar a crise de valores que as novas gerações apresentam ou vivem, seria mais correto procurar saber como as novas gerações enfrentam e reelaboram a crise pela qual passa a sociedade. A colocação nestes termos parece facilitar uma percepção mais solidária e menos judicial e arrogante diante das novas gerações. Leva-nos também a superar uma visão funcionalista dos jovens. Usa-se às vezes uma expressão como "desafios da juventude", subentendendo-se talvez que os desafios ocorrem da parte dos jovens *para* os evangelizadores/as, em termos de compreensão, comunicação e de evangelização de novas gerações em sua mentalidade, comportamentos e problemas. Nesta mesma direção se arrolariam os desafios da *juventude* para a formação na Vida Religiosa e semelhantes. Isto soa como uma ameaça para as instituições, que devem encontrar um jeito de, no mínimo, sobreviver frente ao novo, mantendo suas funções. Para além desta linha simplesmente tarefaira, se trataria de assumir

⁸ Cfr. M. F. ANJOS (org.), *Teologia e Novos Paradigmas*. Ed. Loyola, S. Paulo 1996; idem, *Teologia Aberta ao Futuro*. São Paulo: Loyola, 1997.

⁹ JIMÉNEZ ORTIZ, Antonio. *Ibidem* 49.

os jovens como sujeitos no processo, e portanto, entender que o desafio é primeiro das próprias pessoas (*jovens*) que se defrontam em suas situações e contextos, para viverem e desenvolverem sua personalidade ética. E nisto podem ser ajudados. É fundamental acolher os/as jovens como sujeitos e como parceiros na produção da vida e dos seus significados.

3. Situar a juventude para compreender suas crises

Para se compreender o lugar e significado das novas gerações na Vida Religiosa, e assumindo as novas gerações como "juventude", é indispensável saber de que juventude estamos falando. As mudanças que ocorrem na sociedade têm uma incidência ainda mais profunda, enquanto atingem a própria constituição da 'juventude'. Que *juventude* é esta que vive a crise de novos tempos e novas formas de produção da vida?

De fato, a juventude é um conceito socialmente construído pela interação de muitos fatores.¹⁰ A ênfase dada à juventude, como um grupo social, é algo mais recente que remonta aos nossos tempos, como resultado desta construção social. A juventude se coloca hoje em grande parte como um mito. "A valorização e mitização dos padrões dos comportamentos tidos como típicos do grupo juvenil são uma das características do mundo ocidental moderno".¹¹

Como se trata de resultado de interações, a constituição de grupos de pessoas jovens tomam características diferentes entre si e passam por "crises" também diferentes. O que freqüentemente ocorre é tomarmos um tipo de grupo hegemônico ou mais evidente e supor que este tipo de grupo defina as características "da" juventude.

A construção social do conceito de juventude transparece claramente quando se busca defini-la. Uma tentativa seria a de situá-la em determinada *faixa etária*, (p.ex. entre 17 e 25 anos?). Mas este critério cronológico, quase matemático, não consegue abarcar as variáveis sociais a que as pessoas dentro desta idade estão submetidas. As experiências que desenvolvem estas pessoas no trabalho, no estudo, nos relacionamentos sociais escapam ao simples critério etário. Por outro lado, a tentativa de compreender a juventude por referência à *imaturidade-maturidade*, como fase da vida, tem também seus problemas. A maturidade resulta de relações dialéticas. "É na interação com o ambiente, com o outro, que as pessoas amadurecem psicológica, emocional, intelectual, social, política e espiritualmente. Não só na infância, período supostamente imaturo, em contraposição a adultez, época supostamente caracterizada pela maturidade. É durante toda a vida que se amadurece."¹² A maturidade vai se dando de forma variada nas pessoas em

¹⁰ BENEDETTI, Luiz R. *Juventude: 20 anos entre a ilusão e a realidade*. In *Vida Pastoral* 26(1985) 124, p. 2. Cfr. BRITO, Sulamita (org). *Sociologia da Juventude*. Vol. I e II, Ed. Zahar, Rio de Janeiro 1968.

¹¹ VALLE, Edênio. *Psico-sociologia e Educação da Juventude*. Instituto da Família. São Paulo 1986, p.41-42.

¹² VALLE, Edênio, *oc.* p.47.

seus processos de elaboração pessoal das interações.

É importante lembrar também que a juventude se define frequentemente por um *rótulo social*, caracterizado por tipos de comportamento, uso de roupas, maquiagem, linguagem etc. Este rótulo traz dois tipos principais de complicadores: certa frustração para quem se percebesse incapaz ou impedido de realizar as exigências de tal figurino; e por outro lado tentativa de pessoas que avançam na idade biológica buscando ansiosamente manter os comportamentos deste imaginário.

Então não existem nem jovens nem juventude? Não é isto que estamos dizendo. Enfatizamos que o processo de desenvolvimento humano tem suas etapas mais ou menos configuráveis em termos biológicos, psicológicos, sociológicos e semelhantes; que os indivíduos e grupos são sujeitos que interagem neste processo e que, portanto, “ser jovem” não decorre automaticamente de uma variante apenas como a idade; e que muito menos decorre de um conjunto de comportamentos padronizados, supostamente característicos do “ser jovem”. Temos, de fato, muitas bases de realidade para falar de jovem e juventude. Mas ao identificarmos *jovens e juventude*, fazemos uma representação através de uma seleção de critérios que nós próprios criamos, ou que encontramos de algum modo construída na sociedade e apresentada como um imaginário da “juventude hoje”.

Uma conclusão destas observações não é negar que haja jovens e juventude, mas sim afirmar que este tipo de juventude de que falamos não esgota as possibilidades realmente existentes de “ser jovem hoje”. Fica mais evidente a necessidade de percebermos os *filtros* que se aplicam para se dizer *jovem e juventude*. E, ao mesmo tempo, se chama a atenção para os diferentes fatores e sujeitos que entram na rede de interações das quais resulta determinado *tipo* de jovem e de juventude.

4. Alguns lugares latino-americanos das “novas gerações”

Pelo que vimos até agora, podemos ressaltar na crise de valores da juventude dois grandes pólos de referência: os próprios sujeitos, no processo de seu desenvolvimento humano, e o grande conjunto da sociedade que os abriga com suas situações e contextos. Somos assim chamados a compreender as mudanças de valores na juventude a partir de dois ângulos, ou seja, da herança pessoal de seus sujeitos, e do que lhes oferece ou impõe a sociedade e suas situações. O que resulta de tal interação não é uma fórmula matemática, mas uma elaboração, de forma personalizada, variada e criativa que felizmente garante a biodiversidade das tipologias humanas. Não existe portanto *uma juventude latino-americana* igual e homogênea,¹³ mesmo que se possam encontrar fatores hegemônicos provocadores de condicionamentos sociais e, portanto, de tendências domi-

¹³ VALLE, Edênio, oc. 178.

nantes na configuração da juventude no continente. Privilegiando uma inquietação sobre as mudanças de valores morais na juventude, vejamos alguns eixos que compõem tanto a herança pessoal dos jovens, como as ofertas e condições da sociedade.

a) *Raízes e Confrontos Culturais* – O continente latino-americano é um tecido de diferentes culturas com uma rica tradição de valores morais. Antes, portanto, de se enfatizar a pressão a que as culturas não-hegemônicas estão submetidas, parece importante levar em conta os segmentos jovens dentro de seus grupos culturais e que bagagem levam para as possíveis relações com outros contextos e situações. Quando falamos de raízes culturais, estamos chamando a atenção em primeiro lugar para segmentos jovens presentes em culturas indígenas de longa tradição na América Latina e que recebem por esta via importantes referenciais éticos e códigos morais.¹⁴ Mas estamos também mencionando culturas pré-industriais persistentes em pequenas cidades e ambientes rurais. Isto se torna tanto mais relevante se ficar confirmado que a origem vocacional da Vida Religiosa na América Latina ainda é de matriz predominantemente pré-industrial, ou *grosso modo* rural, como sugere pesquisa feita no Brasil.¹⁵ A per-

cepção da juventude pelo viés das culturas ajuda a relativizar o mito pelo qual se nomeia “juventude” pensando sempre em jovens brancos, urbanos, de classe média e liberal. Esta consideração das raízes culturais é ainda de grande importância para se avaliar o alcance e as características da *mudança* ou *crise* de valores morais destes segmentos juvenis concretos ao se colocarem sob o impacto ou influxo de outras culturas dominantes, particularmente da cultura moderna.

b) *Trabalho, elaboração de sentidos e utopias* – Desdobrando as várias faces da cultura (pós)moderna, estaremos entrando, como vimos antes, nas relações de produção e elaboração da vida como grande eixo para se pensar a crise de valores da juventude. Uma longa cadeia de implicações antropológicas decorre das mudanças nos modos de produção. As próprias famílias com seus diferentes modelos, embora compreendidas como lugar privilegiado da transmissão de valores morais, são colhidas pelas mudanças nos modos de produção e se vêem afetadas quanto ao código de valores que as rege e que transmitem a seus (agora poucos) filhos.¹⁶ A família continua sendo um lugar de elaboração de sentidos, privilegiada pela força que lhe conferem as relações afetivas. Mas seja pe-

¹⁴ Percebe-se melhor a riqueza de tais raízes, quando se fazem análises mais circunscritas. Veja p.ex. o estudo de Pedro LARICO, *Introducción a la ética en las culturas Aymaras del Altiplano*. Dissertação de Mestrado, Instituto Alfonsianum de Ética Teológica, S.Paulo 1994.

¹⁵ A pesquisa indica que cerca de 70% dos religiosos/as do Brasil “tiveram seu berço em cidades com menos de 20 mil habitantes” (M. F. ANJOS, *Perfil da Vida Religiosa no Brasil-1998. Leitura teológica*. In CERIS-CRB, *Vida Religiosa no Brasil. Pesquisa e Primeiros Resultados*. Ed. Santuário, Aparecida 1998, p.62.

¹⁶ RIBEIRO, Ivete (org.). *Família e valores: sociedade brasileira contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1987.

los condicionamentos a que está submetida, seja porque ela deixa de ser uma unidade de produção, é preciso antes buscar fora dela os fatores determinantes de valores morais. O que se passa com as chances e condições de trabalho parece ser um destes fatores.

O que se oferece à juventude nesta área? "Em quase todos os países da América Latina (...) o jovem constitui a metade do total dos desempregados". Na cidade de São Paulo, por exemplo, o desemprego de jovens entre 15 e 19 anos é de quase 40%; e de jovens entre 20 e 24 anos gira em torno de 20%.¹⁷ Além disso, seria preciso analisar que perspectivas os empregos existentes abrem para a construção de uma vida digna. O que fazer então da vida, quando as portas da realização pessoal, através do trabalho digno, ou estão fechadas ou são tão estreitas e desestimulantes? Não é assim difícil perceber os elos de ligação entre tal frustração e a violência, a delinquência, o tráfico e o consumo de drogas, a formação de gangues. O distanciamento das relações de trabalho produtivo leva a não se valorizar o trabalho das pessoas, o custo da vida e dos bens de consumo; implanta a regra do "ganho fácil" ou pragmaticamente mais rendoso. Regras e comportamentos morais permeiam estas formas de produzir a vida, inclusive com códigos muito rigorosos. E em meio às ambigüidades que os cercam, torna-se difícil fazer uma apreciação ética das ati-

tudes e comportamentos concretos que tais jovens assumem, quando se percebe que, em última análise, vivem uma "ética de sobrevivência".

Surgem com frequência críticas a pouca criatividade das novas gerações ou um diluído espírito de luta. Mas que lugar ocupam as novas gerações nesta nova sociedade envolvida pelo fascínio tecnológico; que chance tem de participar na produção de bens de consumo, na constituição de relações e na elaboração de significados? Na medida em que se tenta fazer dos jovens apenas consumidores e não parceiros de produção, então se colhem facilmente os frutos da apatia, rebeldia ou "produção independente".

c) *Globalização e imaginação* – A comunicação é hoje outro indispensável lugar para se estudar a crise e reelaboração de valores morais da juventude. Os recursos trazidos pela informatização conseguiram conectar o mundo em uma fácil sintonia para a troca e consumo de informações, de veiculação de imagens, de idéias, de diferenças. A mídia não produz propriamente os valores morais, mas reforça aqueles que veicula. Para além disso, propicia um ambiente de encontro comum em que, para a juventude, se fornece um imaginário de sua vida, de sua realização pessoal e dos correspondentes valores e comportamentos morais. Não há que se menosprezar a liberdade criativa com que as pessoas jovens concretas parti-

¹⁷ MADEIRA, Felícia R.; RODRIGUES, Eliana M., *Recado aos jovens: mais qualificação*. In CNPD, *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, Publ. Ministério do Planejamento orçamentário 1998. Cit. CNBB, *A fraternidade e os desempregados. Manual CF-99*. Ed. Salesiana D.Bosco, S.Paulo 1999, n.25.

capam desta rede de comunicação. Mas também se torna inegável o poder de influência que tem os modelos oferecidos. A moda, o esporte, alguns principais interesses, o "jeito jovem" de ser, vão se tornando referências implícitas que penetram mesmo em ambientes pobres em que não são realizáveis, mas plantam ali o sonho, um imaginário do "ser jovem". A tendência é, portanto, de reforçar alguns modelos de juventude, mesmo que através de uma sustentação virtual.

Em síntese, as novas gerações na América Latina se compõem de uma diversidade de modelos, com diferentes quadros de valores morais. Esta diversidade é garantida por diferentes raízes culturais que compõem a herança latino-americana; por profundas desigualdades de condições político-econômicas, que colocam grande número de jovens no limiar da esperança e da luta pela sobrevivência. Mas ao mesmo tempo se percebe a força de um modelo que tendencialmente se reforça, alimentado pelo *ethos* da cultura moderna. Esta última tendência merece uma atenção especial a ser desdobrada a seguir.

5. Tendências de um perfil moral das novas gerações na cultura moderna

Podemos agora tentar traçar um perfil moral de juventude, em atitudes, comportamentos e aspirações, que se

mostram como tendência na cultura moderna. Sabemos então que estamos falando de tendências de um modelo e não da juventude em geral. O proveito desta tentativa deriva talvez da força hegemônica do modelo sobre o qual falamos. Os tópicos que aqui levantamos pretendem ser mais sugestivos do que analíticos, razão pela qual não nos preocupamos em remeter a fontes ou fundamentações teóricas.¹⁸

Ao mencionar um aspecto, não o isolamos de um conjunto. E ao aludir a um comportamento, tocamos frequentemente em um mundo complexo de significados. Podemos encontrar um exemplo disto quando examinamos o fascínio do jovem pela noite, uma tendência que hoje se verifica mesmo entre pré-adolescentes. Pode-se perceber que ela se torna densamente para os jovens um espaço de liberdade e autonomia, com respeito aos adultos; um lugar de denúncia e rebeldia; expressão de um modismo; espaço da violência invisível aos adultos; fuga de um mundo alienante, carente de projetos pessoais e sociais empolgantes, e portanto, tentativa de escapar de uma frustração subliminar constante; máscara que encobre o medo do futuro através de uma *curtição* liberada do presente.¹⁹ Vejamos então algumas peças deste mosaico.

a) *Apreço a valores da subjetividade*
- Em sintonia com a cultura moderna que privilegia o indivíduo, esta nova

¹⁸ Aos discorrer sobre estes tópicos, utilizamos o interessante roteiro de JIMÉNEZ ORTIZ, Antonio. *¿Cómo anunciar la experiencia cristiana a la juventud actual?* In *Proyección* 44 (1997) 49-66 (Selecciones de Teología 37(1998) 145, 47-62).

¹⁹ RÍOS MARTÍN, J.C. *La noche de los jóvenes ¿Moda o rebeldía?* In *Sal Terrae* 85(1997) 11, 877-886.

geração se mostra mais voltada para os valores e interesses dos indivíduos e pequenos grupos, do que empenhada na transformação da sociedade como um todo. Os movimentos sociais que podem mais empolgá-los são os que se relacionam com sentimentos humanitários e ambientais; e menos os de cunho mais político militante. O lúdico, esportivo e cultural predominam sobre o reivindicativo ou de influxo social; e as instituições que mais lhes inspiram confiança são as que se baseiam em relações interpessoais. Igreja, imprensa, sindicatos, instâncias governamentais têm nível médio de aceitação; com chance de maior aceitação na medida em que se mostrem mais democráticos e mais próximos da vida cotidiana. Outros aspectos que mostram a valorização da subjetividade aparecem em tópicos mais adiante.

b) *Atitudes de tolerância ou de relativismo?* – Esta juventude aceita com mais facilidade o pluralismo ideológico e social. É possível até encontrar expressões de intolerância, mas esta não parece ser a tônica. As diferenças culturais e comportamentais são vistas com mais naturalidade, dando a impressão de um relativismo moral. Há alguns anos aconteceu um encontro do Papa João Paulo II com cerca de quatrocentos mil jovens em Denver (USA). Enquanto o Papa condenava as relações sexuais fora do casamento, o uso de drogas e semelhantes, muitos jovens riam e aplaudiam. Aí está uma expressão da tendência. O bom relacionamen-

to grupal e festivo colocava-se acima de divergência de opinião ou de convicções. Esta juventude inclina-se a aceitar as pessoas no conjunto de suas circunstâncias, sem precisar discuti-las. Estaria aqui a expressão de uma sociedade sob o signo do pluralismo; bombardeada por imagens e mensagens diversificadas. A síntese conclusiva é de aceitação das pessoas em suas trajetórias e expressões.

c) *Sentimento de insegurança e necessidade de auto-afirmação* – Mas exatamente porque sob impacto do pluralismo, pode-se perceber a insegurança e a necessidade de auto-afirmação desta geração (pós)moderna de juventude. A afirmação do indivíduo não consegue ser suficientemente forte para superar um anonimato em meio ao pluralismo. “O déficit de identidade pessoal é muito grave no mundo juvenil. Daí então buscar uma ‘identidade emprestada’ em grupos de tempo livre ou de caráter religioso, em turmas urbanas, em grupos violentos de ideologias extremistas, em seitas, que acolhem a jovens sem uma identidade assegurada, dando-lhes um apoio coletivo que preencha o vazio psicológico. Esta falta de identidade talvez explique a obsessão pela imagem: uma fachada atrativa camufla a fragilidade da estrutura.”²⁰ As roupas e moda em geral, instrumentos de uso “consagrado” entre jovens, como a moto, símbolos de um grupo, são recursos que visam preencher a necessidade social de pertença a um grupo. Pichadores expressam tam-

²⁰ JIMÉNEZ ORTIZ, A., o.c. 52.

bém esta ansiedade de auto-afirmação. A insegurança pessoal carrega com frequência uma precária auto-estima que, no fundo, clama por um ninho afetivo, um clima de acolhida e de calor humano, independentemente de outras diferenças. O que se passa na Vida Religiosa pode estar inserido também dentro deste quadro. A importância que novas gerações dão para o hábito religioso e para outros símbolos externos dentro da Vida Religiosa significam pertença a um grupo, mas não garantem necessariamente a qualidade espiritual deste grupo ou comunidade.

d) *A amizade como valor* – Compreende-se, neste conjunto de sensibilidades, que a amizade adquire um significado particular para estas novas gerações. Torna-se uma vazão afetiva de que se necessita, e ao mesmo tempo um encontro de auto-afirmação e reforço da identidade. Uma rede de amigos significa de algum modo estabilidade emocional e integração social para os jovens; daí a importância dos grupos de amigos e seus momentos de expressão e iniciativas. Por isto também em seus problemas, a busca de confiança se dá procurando pessoas amigas para ouvir. A abertura com colegas sobre problemas íntimos parece mais frequente que no passado. Persiste a necessidade de uma figura que transmita segurança em meio às dificuldades, mas o fator amizade fala também muito alto.

e) *Inserção na provisoriedade* – Sabemos como a cultura moderna trouxe

um novo conceito de espaço, mas também mudou substancialmente a inserção humana no tempo. A velocidade da locomoção, o rápido bombardeio de mensagens e alternância de imagens, o avanço das ciências e tecnologias, o crescimento da produtividade e a exacerbação do consumo, tudo contribui para dar velocidade à vida e gerar um sentimento profundo de que tudo é provisório. O futuro se torna uma incógnita e de certa forma também uma ameaça angustiante. A juventude, mais do que o mundo adulto, vive esta nova temporalidade e expressa em sua vida suas consequências. Este sentimento de provisoriedade perpassa todas as relações, mesmo as de amizade mencionadas anteriormente. Assim, estas novas gerações com facilidade abrem mão de certezas absolutas e de referenciais mais duráveis. Suas opiniões e sentimentos podem mudar rapidamente. "Isto gera nos/jovens um perceptível pragmatismo, orientado para a utilidade imediata, que os leva inclusive à construção de seus próprios universos éticos, dotados de grande labilidade e de pouca consistência. Tudo isto leva a formar personalidades sem convicções sólidas, sem certezas assimiladas vitalmente, que não se sentem capazes de opções definitivas que comprometam para sempre."²¹ Este tipo de nova geração carrega forte sentimento de solidariedade, tem simpatia por ela, mas a expressa em frágeis compromissos.

f) *Valorização do prazer e da festa* – A cultura moderna, embora experimen-

²¹ JIMÉNEZ ORTIZ, A., o.c. 54.

te a profunda ambigüidade das desigualdades, da exclusão, e abrigue as dores de uma humanidade majoritariamente empobrecida, não obstante tudo isto, cultiva os sonhos da felicidade e do prazer; do ócio e do tempo livre. A juventude moderna tende a usufruir ao máximo desta proposta e dos recursos que se oferecem. Distançada das relações de trabalho, como já mencionamos, pode até não cultivar grandes aspirações econômicas, mas também não perceber a necessidade de economizar. Na verdade, as novas gerações nestes tempos tecnológicos se acostumam a encontrar tudo pronto. Não há necessidade de muito empenho ou de criatividade no trabalho. Os próprios pais são, muitas vezes, os que favorecem esta tendência, ao querer oferecer a seus filhos aquilo que, em termos de consumismo, eles próprios não tiveram na juventude. Na Vida Religiosa, a necessidade de trabalhar para sobreviver é praticamente inexistente ou pelo menos muito pouco sentida. Fica em grande parte na conta da adesão espiritual de cada pessoa ao carisma.

g) *Responsabilização, culpa, sofrimento?* – Embora a sociedade contemporânea não prescindia de formas de culpabilização, é bastante evidente como hoje a responsabilidade pessoal também se fragiliza. Responsabilidade e responsabilização. Assim, torna-se às vezes complicado para estas novas gerações perceber e reconhecer o alcance de seus gestos, assumindo suas conseqüências. Tornou-se antológico nes-

te sentido o caso dos jovens que, em Brasília, uma vez embeberam com álcool e atearam fogo a um índio pataxó que dormia no jardim. Incriminados pela morte do indígena, defenderam-se dizendo que tinham apenas a intenção de se divertir e não de matá-lo. Foi um caso extremo, mas paradigmático. Além disso, a responsabilidade tem outra face que se mostra em suas exigências de “garra” e comprometimento. Na antítese do prazer, o sofrimento, a dor e a renúncia se tornam problemáticas para estas novas gerações. Talvez carregando um pouco as tintas, afirma Jiménez Ortiz que as novas gerações “sofrem de uma pouca capacidade para suportar o sofrimento e a renúncia. Sua escassa consistência psicológica os faz enormemente vulneráveis. A busca da gratificação imediata condiciona a solidez de todo compromisso. – Não se torna compreensível uma opção que deva se manter através de esforço ascético. Para a atual geração de jovens, a noite se converteu em seu símbolo por excelência: é o tempo ‘sem tempo’, sem relógio e sem horário, é o espaço da liberdade sem disciplina e sem exigências externas, é o lugar da ambigüidade e da sedução, das emoções e da fragilidade, do prazer e da vulnerabilidade.”²²

h) *Abertura ao transcendente* – A abertura da juventude ao transcendente, ao mesmo tempo que inegável, é cercada de uma pluralidade de sentidos, como aliás se coloca a religião na sociedade hoje. Os muitos sinais reli-

²² JIMÉNEZ ORTIZ, A., o.c. 54-55.

giosos mais ou menos explícitos incorporados nos trajes e adornos revelam pelos menos um sentimento vago do transcendente, que a juventude cultiva. As expressões religiosas explícitas, de modo geral, tendem a participar das características apontadas anteriormente. Não é tão fácil, com a juventude, passar da fé para o compromisso. É possível que uma participação em grupos religiosos signifique mais a afirmação de "pertença" do que da "crença".²³ A busca do transcendente se compõe, e não poderia ser diferente, com o conjunto de necessidades experimentadas pelos jovens, particularmente em termos de solução de suas angústias, de recuperação da auto-estima, da afirmação de sua identidade e integração social, de busca de um sentido de vida capaz de potencializar um enfrentamento do futuro.

6. Concluindo

Seria interessante poder tirar conclusões mais diretamente aplicativas para as diferentes comunidades religiosas. Mas esta é uma tarefa que cabe exatamente a cada contexto. Cada uma das congregações e ordens religiosas deve se perguntar como vem experimentando suas próprias crises; como vem se inserindo na sociedade e neste novo momento cultural. Seria então interessante examinar como estes grupos e comunidades têm também parti-

cipado na produção da vida e se alocado nas grandes mudanças que aí se processam. Seria interessante perceber seu esforço de *inserção* como busca de construção de novas relações; e também suas dificuldades em reencontrar agora seu lugar em uma área em que antes parecia tranqüila sua contribuição: a produção de significados e de um sentido ideal de vida. Há muitas variações entre uma congregação e outra.

Quanto à compreensão do lugar dos próprios jovens nas comunidades e instituições da Vida Religiosa, uma pergunta básica seria sobre a acolhida que as diversas congregações e ordens oferecem para as novas gerações. Uma condição desta acolhida é entender as gerações jovens tais como se apresentam. Esta relação exige, da parte dos religiosos/as um melhor conhecimento do grupo juvenil com o qual se relaciona. Como vimos, a pluralidade de modelos e de situações não permite supor que "jovem" tenha sempre as mesmas características em toda a América Latina. Um melhor conhecimento dos interlocutores, torna mais fácil o relacionamento e a realização da missão evangélica entre os/as jovens.²⁴

Uma segunda condição consiste em perceber a juventude como integrante e interlocutora por dentro da Vida Religiosa. As questões dizem respeito a riquezas e a desafios mais propriamente

²³ BENEDETTI, L.R., *Entre a crença coletiva e a experiência individual: renascimento da religião*. In: ANJOS, M. F. (org.), *Sob o fogo do Espírito*. Ed. Paulinas, S.Paulo 1998, 61-79.

²⁴ Remetemos a consideração destes aspectos para as contribuições relacionadas com a "opção pelos jovens" que a Igreja na América Latina já manifestou nas Conferências de Puebla e Santo Domingo; cf. também VALLE, Edênio. *Juventude: análise de uma opção*. Public. CRB, Rio de Janeiro 1980.

vocacionais, formativos e relacionais, no interior da vida consagrada. Sob estes aspectos, a Vida Religiosa em seu ser religioso, se coloca diante do novo, do diferente. As crises morais da juventude já não significam só desafios pastorais para a missão, mas se transformam em importantes perguntas para a própria Vida Religiosa. Há comportamentos de novas gerações que provocam indignação na visão de alguns.²⁵ Mas o desafio é mais estrutural do que comportamental. Exige, é verdade, um enfrentamento sério e corajoso. Mas este é outro assunto que se abre exatamente a partir do que estamos fazendo neste momento: dar

passos para compreender melhor o perfil moral de novas gerações que estão batendo às portas para entrar na Vida Religiosa. Ou já dentro, tentam provocar novas formas de ser. Se repetir simplesmente o que tem sido, não haverá nada de novo. O novo tem sempre algo de surpreendente. É bom admitir que o Espírito de Deus possa nos surpreender.

Pe. Márcio Fabri dos Anjos, C.Ss. R - Redentorista, Professor de Teologia em S.Paulo, membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB nacional.

Endereço do autor:
Rua Oliveira Alves, 164 - Ipiranga
04210-060 - São Paulo - SP
E-mail: mfabri@hydra.com.br

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Como se configura na sociedade atual a crise dos valores morais e que repercussões tem essa crise nas novas gerações?
- 2 Quais as mudanças que estão sendo mais decisivas na "produção de vida" hoje, e como situar-nos diante delas?
- 3 No seu contexto, que tendências do perfil moral das novas gerações podem se considerar mais marcantes e mais desafiadoras?
- 4 Como sua comunidade/província vem se posicionando diante de suas próprias crises, e como vem se inserindo na sociedade, neste novo momento cultural?

²⁵ BOFF, Clodovis, "Considerações indignadas" sobre a Formação Religiosa hoje" In Convergência 34(1999) n.319 (Jan-Fev), 37-47.

Considerações iniciais

Tendo em vista a plêiade de discursos a respeito do binômio, Ética e Evangelização, o que se segue é uma explanação da lógica que sustenta tal fato sob a iluminação da categoria teológica da páscoa¹. Tal categoria constitui-se numa fecunda chave interpretativa da carência e presença dos discursos e dos atos éticos das comunidades cristãs.

Previamente é importante considerar que os termos Ética e Evangelização nem sempre são interpretados como binômio. Assim sendo, não se pretende, aqui, dogmatizar o contrário mas, mirando-se na longa tradição teológica, relatar que o debate em torno do *Ethos* sempre esteve ligado, umbilicalmente, no debate da Evangelização². K. DEMMER propõe que a Ética (ou Moral) possui raízes profundas que inclusive precedem a própria tradição judeo-cristã. Contudo, o autor considera que, independentemente de filiações a credos determinados, há uma espécie de (...) *continua fusão de horizontes oportunizando, portanto, um diálogo ético universal*³. Isto equivale a dizer que o anúncio da Boa Notícia do

Reino possui, *de per si*, uma implicação ética e, da mesma sorte, a proposta Ética ou Moral⁴ encontrará completude soteriológica na Evangelização. Dito de outra maneira: mesmo que não haja um consenso no fato da ligação umbilical proposta pela tradição judeo-cristã, em última análise, Ética e Evangelização não se repugnam, mas se conjugam na defesa e promoção da vida planetária.

Assim sendo o presente artigo pretende, a princípio, oferecer uma reflexão sobre os desafios éticos nos contextos internacional e nacional e, ao mesmo tempo, verificar os limites da ação evangelizadora e pastoral neste contexto de crise ética. Em seguida, tentando buscar respostas para os paradoxos entre o percentual de cristãos católicos e a carência de posturas éticas pelos mesmos, far-se-á uma análise a respeito do "formador eclesial de opinião": o presbítero. Finalmente, tendo em vista a esperança que nutriu a fé dos profetas, dos apóstolos e dos santos – conhecidos e desconhecidos –, será mostrada uma proposta de resistência baseada na mística da provisoriedade.

¹ Dinâmica da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo presente hoje na morte e ressurreição de seus discípulos.

² Para tal afirmação ver na obra de K. DEMMER, *Introdução à Teologia Ética*, P. L. Cabra, São Paulo: Loyola, 1999, que nos oferece uma visão bastante concisa a respeito desta invectiva.

³ K. DEMMER, *Op. cit.*, pp. 13ss.

⁴ Não obstante a distinção que se pretende estabelecer (sobretudo no aspecto filosófico), aqui – Ética e Moral – são entendidas como sinônimos.

I- Ética e Evangelização na conjuntura internacional

Seguindo a análise de muitos especialistas⁵, nota-se que a hipertrofia discursiva sobre tal binômio transparece certa camuflagem, ausência ou no mínimo banimento da sociedade pós-moderna. Aqui, aprioristicamente, assenta-se a razão pela qual tanto se tem escrito, falado e discutido sobre Ética e Evangelização: **carência de concreção**. Não há visibilidade suficiente sobre as conseqüências deste binômio. Ao contrário, constata-se uma crescente violência, multifacetada, não só nos grandes centros urbanos, mas por todo o País. Vale lembrar que as pessoas ainda se encontram, de alguma forma, sob o impacto dos acontecimentos de 11 setembro de 2001 – o desmoronamento de dois fortes símbolos do centro do poder norte-americano e a tragédia de milhares de vidas humanas sendo absurdamente esmagadas pelos atentados terroristas – e, sobretudo, a maneira como o presidente norte americano G. W. Bush posicionou-se – internacionalmente – face ao ocorrido. Praticamente, o estadista norte-americano propôs o chamado “alinhamento” das nações em caça e combate aos terroristas, tendo como alvo principal o Afeganistão.

Equivalente espanto sobressaltou todos os católicos quando da declaração do porta-voz da Cidade Estado do Vaticano, Joaquim Navarro Valls, à imprensa que a Santa Sé reconhecia como justo o ataque norte-americano sobre o Afeganistão como modo legítimo de salvaguardar a paz e a ordem internacional⁶.

Indiscutivelmente, todo atentado terrorista deve ser condenado. É algo abominável e injustificável sob qualquer “código humano”. Contudo, causa grande inquietação o fato de as lideranças mundiais, inclusive religiosas, concordar com um ataque, extremamente arbitrário a um país que é o terceiro mais pobre do mundo⁷. Caberia às lideranças religiosas do planeta – a exemplo de depoimentos isolados por parte de algumas – fazer um corajoso pronunciamento (quem sabe fazer-se presente e *in loco*) em defesa e promoção da paz. Pois a Guerra em resposta à “guerra”, para além de hediondo, revela a paradoxal pobreza de uma civilização que se pretende conhecedora dos mistérios da origem da vida⁸.

Ligado ao fato da guerra e violência⁹ e, certamente, como sua conseqüência, encontra-se o deslocamento prático do binômio Ética e Evangelização, tendo em vista a supremacia da

⁵ Entre os vários peritos sobre o tema destacamos: a proposta do Projeto de Ética Mundial efetivada por H. Küng, nas obras – *Projeto de Ética Mundial* uma Moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana, H. Reimer, São Paulo: Paulinas, 1999 e *Uma Ética Global para a Política e a Economia Mundiais*, C. A. Pereira, Petrópolis: Vozes, 1999; a proposta de José Comblin na obra – *O Povo de Deus*, São Paulo: Paulus, 2002.

⁶ Cf. L. BOFF, *Fundamentalismo – a Globalização e o Futuro da Humanidade*, R. de Janeiro: Sextante, p.77.

⁷ L. BOFF, Op. cit. pp. 77s.

⁸ A discussão em torno da Clonagem Humana ilustra bem este fato.

⁹ É importante que se diga que Guerra e Violência não se identificam; a disseminada violência moral da pobreza e da desigualdade social e a violência veiculada pela mídia sedenta de audiência possuem, seguramente, avatares mais prolongados e deletérios que um conflito bélico pontual.

nova ordem internacional onde todas as demais realidades gravitam em torno daquela fundamental e, por assim dizer, nova religião¹⁰: a Economia¹¹. E, *data venia*, Economia entendida como Mercado e Mercado entendido como "jogo". Assim colocado, a Ética e a Evangelização deverão, epocalmente, obedecer às lógicas que sustentam este nefasto, porém altamente sedutor, jogo, adequando-se à dinâmica da concorrência (nem sempre leal), da competência (geralmente oriunda da modernidade instrumental) e da tirania da novidade (novolatria). Nas sendas de M. CHAUI, porém numa perspectiva voltada mais para a Evangelização, temos as considerações de A. SELLA¹². O autor, ao contextualizar a lógica neoliberal, afirma que:

*(...) o neoliberalismo reduz a vida humana a um grande mercado livre, e todas as dimensões humanas devem estar a serviço desse novo ídolo do capital.*¹³

A idolatria do mercado é um fato incontestável: ou se rende graças ao ídolo, ou se fica fora do mundo dos incluídos. Isto é o que afirma boa parte dos novos sacerdotes do mundo neoliberal: os economistas e *marketólogos* em geral. Porém, como todo culto idolátrico, o mercado exige sacrifícios de vítimas não apenas no sentido litúrgico cele-

brativo, mas no sentido próprio da palavra: exige sangue e morte de verdade. Talvez, vale a ironia, as pessoas estejam tão acostumadas com este "culto" que já não percebem mais os gritos (quase silenciosos) das vítimas: os pobres, miseráveis e expulsos do mundo neoliberal. Essas vítimas são, naturalmente, o sacrifício necessário para que haja o tão "sonhado equilíbrio social"! ¹⁴

De qualquer forma, o que encoraja os cristãos é a Páscoa de Jesus Cristo e, por ela, a páscoa de tantos que, se colocando na contramão da perversa lógica neoliberal, defendem e promovem a vida.

II- Ética e Evangelização: carentes de páscoa?!

A dialética da morte e ressurreição será o *leitmotiv* da análise conjuntural para verificar a compreensão existencial da Ética e Evangelização pelos atores envolvidos (a Sociedade em geral) oferecendo, por conseguinte, a realidade pascal como lenitivo para a concreção do *Ethos* da solidariedade mundial ancorado na Boa Notícia de Jesus Cristo.

Discorrer-se-á sobre Ética e Evangelização, carentes de mudança, tomando como base a realidade brasileira nos limites dos fins da década de 90.

Observando a literatura das duas últimas décadas sobre Evangelização -

¹⁰ Interpretação dada por J.M.SUNG nos seus constructos sobre as relações entre Teologia e Economia.

¹¹ M. CHAUI, filósofa da USP em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, exibido em maio de 98.

¹² Cf. A. SELLA, *Globalização neoliberal e exclusão social*, São Paulo: Paulus, 2002.

¹³ A. SELLA, Op. cit. p. 20.

¹⁴ Expressão recorrente nos ensaios e discursos dos ideólogos neoliberais. É sabido, contudo, que "equilíbrio social" não é possível e, certamente, não passa de um platonismo político. Os grupos sociais (basta verificar a Antropologia Social) são por sua gênese desiguais e conflituosos.

sua refontização, novas metodologias, novos arautos, – uma pergunta faz-se irrenunciável: qual foi a falha? Seria temerário afirmar que – como na Ética – a Evangelização encontra-se na esfera do teórico?! A realidade faz com que se constate o que diz, bimilenariamente, a sabedoria do Evangelho: *não se põe vinho novo em tonel velho* (Mt 9,17).

Contemplando, de passagem, o cenário contemporâneo, especialmente no Brasil, nota-se que – ao longo da história – nunca se falou tanto em Ética e, paradoxalmente, nunca se sentiu tanto a sua carência como nos últimos tempos. No Congresso Nacional, há pouco tempo, o presidente da Câmara Federal dos Deputados, chegou, inclusive, a propor um *pacote ético* como meio de referendar suas proposições como verdadeiras e imprescindíveis para o destino do País. O tema pululou a mídia escrita e falada, provocando enérgicos comentários por conta dos peritos no assunto. Foi lembrado ao presidente da Câmara Federal, e aos demais parlamentares, que todos os pacotes propostos pelo congresso deveriam, inexoravelmente, pautar-se pela Ética. O filósofo da UNICAMP¹⁵, R. ROMANO, em coluna publicada pela Folha de S. Paulo, lembrava aos congressistas sobre o significado da palavra “cínico”¹⁶, que, segundo o filósofo, fora imprópriamente utilizada em plenário naquela egrégia Casa de Leis. Contu-

do, vale lembrar (nunca é demais, tendo em vista a amnésia histórica) que este assunto surgiu no complicado contexto de cassação dos Senadores envolvidos na “violação do Painel” do Senado Federal e, em seguida, da cassação de parlamentares, inclusive dos presidentes do Senado.

É por demais significativo o número de publicações com o enunciado “ética”. Ética na Política, Ética na Escola, Ética na Saúde, Ética etc. Contudo, pergunta-se: para onde foi a ética da política, especialmente da política partidária? Será possível, eticamente, aliança entre o *corpus doutrinallis* do PSDB com aquele do PFL e, agora nos últimos dias, entre PSDB e PMDB e entre PT e o PL? Será justificável, senão maquiavelicamente, quaisquer articulação e acordo para se chegar ao poder?

E a pretendida Ética na Escola especialmente no Ensino Fundamental e Médio “aberto”? Será, eticamente, aceitável que crianças e adolescentes pobres recebam do Estado a qualidade de ensino que têm recebido e, escandalosamente, tenham que depois – sabe-se lá como – custear o Ensino Superior? Pois, não pretendendo ser redundante, o Ensino Superior “aberto” no Brasil é oferecido para quem – efetivamente – cursou ensinos prévios “não abertos” e, portanto, de qualidade científica! Nesta mesma cantilena pode-se perguntar quanto ao preparo e inves-

¹⁵ Universidade de Campinas, onde o Prof. Dr. Roberto Romano é catedrático.

¹⁶ A Escola Cínica, historicamente, não corresponde ao que comumente entendemos pela palavra cínico. Na tradução corrente, cínico seria o mesmo que descarado (sem vergonha). Filosoficamente, a Escola cínica propunha, em resumo, a defesa dos fracos dos ataques dos fortes; metaforicamente: a defesa por meio de cães raivosos dos ataques dos lobos vorazes.

mento material no corpo docente do Ensino Público Fundamental e Médio: os professores, com os recursos que possuem (salário e formação permanente), terão efetivas condições de serem os facilitadores dos alunos?

Poupando o leitor de maiores detalhes que estão na ordem do dia, algo semelhante ocorre com relação à Saúde: se o trabalhador (hoje, certamente, o sem trabalho) necessitar com urgência de um atendimento hospitalar, se não contar com a generosidade de grupos humanitários, certamente ficará à deriva. E como bem exemplifica SELLA (...) *a ética (do sistema neoliberal) é maquiavélica... isso significa que o lucro, como fim, pode justificar a instrumentalização e até o massacre da humanidade*¹⁷. Diante de tal paradigma os grupos humanitários tendem a decrescer e a morte prematura torna-se um fato rotineiro que não traz significação alguma para a sociedade. Cabe aqui a estrofe da bela canção *Solo le pido a Dios*: “Eu só peço a Deus, que a morte não me encontre um dia... solitário sem ter feito o que eu queria”!

Diante deste quadro, resumido mas real, é preciso sair da perplexidade e atinar para o ponto nevralgico da questão. A Ética Cristã, como é sabido, *grosso modo*, propõe a vida feliz para o homem. Especialmente nos últimos tempos, é preciso considerar que tal vida feliz é possível mediante ao engajamento na mudança paradigmática de consci-

ência, como sugere, entre outros, H. KÜNG¹⁸: esta mudança deverá estar pautada por um profundo senso de responsabilidade que transcenda grupos, partidos e atinja dimensões ecumênicas¹⁹. Contudo, salvo parcas exceções – aqueles que estão ancorados na lógica neoliberal –, o homem está infeliz, insatisfeito, solitário e embrutecido. Como destrinçar tal paradoxo?

A interpretação deste questionamento se concatena na lógica que sustenta a mesma perplexidade presente no processo de Evangelização, especialmente no Brasil. Pois, inegavelmente, o *ethos* de um povo se fortalece mediante sua convicção religiosa, ou se se preferir, mediante seu desenvolvimento transcendental²⁰. H. KÜNG lembra que:

(...) todas as grandes religiões conseguem, mais que qualquer outra organização internacional, fazer acreditar que estão engajadas pelo bem-estar das pessoas. Com sua autoridade, todas as grandes religiões oferecem uma orientação religiosa fundamental. Elas oferecem apoio, ajuda e esperança face à dinâmica própria de todas as instituições humanas, face aos interesses próprios dos diferentes indivíduos e grupos e face às avalanches de informações através da mídia... Assim orienta o duplo mandamento judaico do amor a Deus e ao próximo e sua radicalização (amor ao inimigo) no sermão do monte de Jesus. Assim também ori-

¹⁷ A. SELLA, op. Cit. pp. 50s.

¹⁸ Cf. H. KÜNG, *Uma Ética global para a política e a economia mundiais*, C. A. Pereira, Petrópolis: Vozes, 1999.

¹⁹ H. KÜNG, Op. Cit. p. 471.

²⁰ Cf. H. KÜNG, *Projeto de Ética Mundial*, 2ª ed. H. Reimer, São Paulo: Paulinas, 2001.

enta a exigência intransponível do Alcorão por Justiça, por existência verdadeira e por boas obras. Mas também a doutrina budista acerca da superação do sofrimento humano, o desejo hinduísta por realização do 'dharma' e a exigência confuciana de preservar a ordem cósmica e com isso a humanidade. Em tudo isso se aponta, com uma autoridade incondicional, o bem-estar e a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental e o objetivo da ética humana²¹.

Isto não significa, apenas, o que a Sociologia da Religião²² denomina de manifestações religiosas e, recentemente, passou a ser chamado – de modo consensual – de retorno do Sagrado, ou simplesmente o pulular de religiões. No que diz respeito ao aspecto estilístico do *Homo religiosus*, a cultura brasileira tem demonstrado que é, efetivamente, uma grande mestra: grandes eventos celebrativos envolvendo grande público; programas televisivos de várias denominações religiosas; publicações para vários públicos; cursos de várias modalidades, publicações extremamente refinadas e, conseqüentemente, crescente espaço acadêmico para refletir este complexo fenômeno. Tudo isto constitui uma riqueza cultu-

ral extremamente vigorosa. Neste específico, a título de ilustração, propõe-se ao leitor contatar duas importantes obras a este respeito, a saber: *Misticismos e Novas Religiões*²³ e a *Sedução do Sagrado – o Fenômeno Religioso na virada do Milênio*²⁴.

Recentes dados estatísticos²⁵ revelam que o Brasil é um País de 90% de cristãos e, seguramente, 97% do povo são pessoas 'religiosas'! Isto seria motivo de grande festejo se, concomitantemente, não se tivesse a lamentável informação de que este mesmo Brasil possui a distribuição de renda mais escandalosa do mundo. Seria muito confortador se houvesse correspondência entre o aspecto estilístico do *Homo religiosus* com a realidade concreta vivida pelos atores envolvidos. Mas, algo certamente precisa ser, no mínimo, questionado. Não é possível conviver com tamanha contradição e permanecer incólume, procurando – talvez – paliativos para apaziguar a consciência.

Citando novamente SELLA para melhor se balizar quanto aos dados estatísticos referentes à exclusão e dívida sociais, verifica-se que:

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou os indicadores sociais de 2000 sobre o Brasil, que reúne dados de pesquisas fei-

²¹ H. KÜNG, op. Cit. p. 85.

²² Cf. S. MARTELLI, *A Religião na Sociedade Pós-Moderna*, E. M. Balancin, São Paulo: Paulinas, 1995.

²³ Cf. A. MOREIRA e R. ZIXMAN, *Misticismos e Novas Religiões*, Petrópolis: Vozes, 1994. Obra resultante do I Seminário sobre Misticismos e Novas Religiões organizado pela PUC em parceria com a USF, ambas Universidades de São Paulo, no ano de 1991.

²⁴ Cf. C. CALIMAN, *A Sedução do Sagrado*, Petrópolis: Vozes, 1998. Obra resultante da Semana de Estudos do ISTA, em Belo Horizonte, em 1997.

²⁵ IBGE, dados publicados pela *Folha de S. Paulo* em 05 de maio de 2002.

tas entre 1992 e 1999: a disparidade de renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu neste período... A pesquisa do IBGE manifestou que melhoraram as condições da vida brasileira, ao final do século XX, em relação ao início da década de 90, mas para poucos, enquanto a vida da maioria continua piorando. (...) O estudo lançado no mês de julho de 2001 pelo Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) declarou que o Brasil tem hoje 50 milhões de pessoas (29,3% da população) em situação de indigência e seria necessário gastar R\$ 1,69 bilhão mensalmente para erradicar a fome no país²⁶.

Portanto, mais uma vez, é feito o convite para o engajamento na dinâmica ecumênica mundial para reverter os lamentáveis quadros de miséria impostos aos seres humanos pela pretensa "ética neoliberal". Tomando ciência de que a economia brasileira figura entre as maiores do mundo, é preciso – democraticamente – trabalhar para superar este pavoroso paradoxo. Democraticamente! Significa, pois, recuperar a crença de que vale a pena se reunir para refletir politicamente os problemas do bairro, da cidade, do Estado e do País. Face a tantas vozes contrárias, as oferecidas pelos programas de TV abertas – como: "no Limite, Casa dos Artistas, Big Brother" – existe uma

que irmana a todos: **a voz do santuário mais profundo do ser humano** – a consciência (GS 16). Recuperar o hábito de ouvir esta voz é fundamental para preparar uma casa que seja digna habitação de todos os humanos.

Para tanto é mister que se empreenda um trabalho de formação da liderança em todos os campos da vida humana. Formação no sentido de oferecer aos variados interlocutores – fundamentalmente – a "anamnese histórica"²⁷. Lembrar, incansavelmente, os fatos ocorridos no mundo, no continente, no País, na região, no Estado, na cidade e na comunidade. Certamente, a esta altura, alguém poderia indagar: ainda existe comum unidade?! Indubitavelmente, afirma-se que sim. Não são muitas e nem possuem grande visibilidade. Mas existem! E, nelas, tem se construído muita libertação e muito compromisso. Estas comunidades, não só cristãs, têm sinalizado auspiciosas páscoas. É imprescindível, para que haja perseverança, investir recursos humanos e materiais no fortalecimento destes "pequenos restos"²⁸.

Na perspectiva de fomentar os investimentos no revigoramento das ovelhas, *que parecem abatidas e sem pastor* (Mt 9,36), serão abordados alguns aspectos – naturalmente carentes de páscoa – da formação daqueles que estarão à frente das comunidades. São os formadores de opinião eclesial. São os pastores e pas-

²⁶ A. SELLA, Op. Cit. pp. 14s.

²⁷ Retomar o hábito, muito comum no Antigo Israel, de contar de geração em geração, os grandes acontecimentos em forma de histórias, onde se possa perceber a ação da Bondade de Deus e, ao mesmo tempo, as estruturas de maldade.

²⁸ Expressão da Teologia Bíblica Vêtero Testamentária que quer significar a resistência, geralmente, de poucos em preservar os valores perenes da vida. Atualmente, observa-se – hermeneuticamente – vários restos.

toras dos grupos religiosos presentes nas comunidades eclesiais. Eles serão, por assim dizer, os animadores “visíveis” dos “pequenos restos”.

III- A Páscoa do “formador eclesial de opinião”

A CNBB²⁹ procurando traduzir à realidade brasileira a Carta *Tertio Millennio Adveniente*³⁰, elaborou um Projeto Pastoral com o objetivo de melhor preparar as comunidades para a chegada do terceiro milênio: o Projeto Rumo ao Novo Milênio. A assessoria do projeto, mediante pesquisas, constatou que no Brasil – de maneira geral – o povo foi “batizado” mas não, ainda, suficientemente evangelizado. Um povo profundamente religioso mas, ainda, não engajado nas conseqüências éticas e evangélicas de ser membro de uma comunidade crente.

A Conferência Nacional, através da Equipe Nacional do Projeto, animou os três anos preparatórios do Grande Jubileu. As sementes foram lançadas com muito esforço e com muita esperança: algumas, infelizmente, foram sufocadas e se perderam em meio aos pedregulhos e ervas daninhas; outras, felizmente, já estão frutificando e antecipando um futuro promissor para suas comunidades. Dando continuidade ao PRNM, a Conferência Nacional propôs o Ser Igreja no Novo Milênio – SINM. Esta-

mos no seu segundo ano de concreção. Alguns frutos já começam a chegar.

É importante ressaltar, face aos resultados da pesquisa sobre os batizados e os evangelizados, os dois projetos (Rumo ao Novo Milênio e o Ser Igreja no Novo Milênio) pretendiam e, naturalmente, pretendem revigorar a vida de fé dos cristãos leigos e leigas, através de variadas formas, tendo em vista uma melhor “formação” dos mesmos. Um subsídio muito alvissareiro, neste sentido, foi “A boa nova já chegou”³¹. Com linguagem clara, didático e bem fundamentado teologicamente, que muito colaborou na preparação dos missionários leigos e leigas para as Santas Missões populares. O estudo dos Atos dos Apóstolos, bem como a dinâmica de preparação e realização dos encontros, está sendo – por aqueles que o fazem – uma grande oportunidade de reavivar a fé no edificante apostolado.

Contudo, sem se delongar nos componentes históricos, políticos e estruturais de como se deu a Evangelização no Brasil, chama a atenção um fato muito relevante: a pedagogia da formação do “formador eclesial de opinião”, ou seja, a formação presbiteral. É incontestável, dada à estrutura histórica da Igreja e dado o cenário eclesial em voga³², o papel preponderante exercido pelos presbíteros no conjunto da formação do laicato. Como o pastor zeloso

²⁹ CNBB, *Rumo ao Novo Milênio* = Documentos da CNBB no. 56, São Paulo: Paulinas, 1995.

³⁰ J. PAULO II, *Tertio Millennio Adveniente*, São Paulo: Paulus, 1994.

³¹ PRNM, *A Boa Nova já chegou* = estudos, São Paulo: Paulus, 1996.

³² Cf. J. B. LIBÂNIO, *Cenários da Igreja*, São Paulo: Loyola, 1999. Nesta obra o autor retrata os quatro cenários eclesiológicos recorrentes no momento. Os que estão mais em evidência são os cenários da Igreja Instituição e da Igreja Carismática.

pelo rebanho, o presbítero é aquele que cuida, promove, atualiza e incentiva os programas de capacitação dos agentes de pastoral. É bem verdade que em algumas comunidades, sobretudo aquelas que não possuem padres, os próprios cristãos promovem este serviço. Entretanto, tendo em vista o conjunto da realidade das paróquias, o presbítero ainda é o grande promotor da formação dos cristãos leigos e leigas³³.

Deste modo é muito pertinente debruçar sobre a realidade da formação daqueles que, num futuro próximo, estarão animando o povo de Deus. Estarão, por assim dizer, contribuindo para que as comunidades assumam seus compromissos éticos e evangélicos.

1. A Formação Presbiteral como realidade complexa do ser humano

A formação do ser humano se dá em um nó de relações: familiares, comunitárias, sociais, políticas, religiosas (eclesiais) enfim, culturais. O mesmo ocorre com a formação do futuro presbítero que continua sendo humano. O Magistério Eclesial³⁴, sobretudo pós-conciliar, sempre esteve atento quanto ao conteúdo da formação presbiteral. Poder-se-ia resumir, contudo, em cinco dimensões (profundamente interligadas) da formação, a saber: humano-afetiva, comunitária, espiritual, intelectual e pastoral.

Porém aqui, sucintamente, abordar-se-ão três aspectos basilares do con-

junto de enfoques da Formação Presbiteral, a saber: vocação, a dimensão de toda a Igreja; as alegrias e esperanças e os desafios da Formação Presbiteral. Ultimamente tem se falado também em formação continuada (formação permanente) através da Pastoral Presbiteral. Contudo, a formação permanente ainda se encontra em processo de gestação, certamente, devido à pedagogia utilizada na sistemática dos Seminários.

a) Vocação: dimensão de toda a Igreja

Propõe-se, aqui, um parêntese sobre o que ocorre antes de os candidatos ingressarem no Seminário: o processo seletivo. Verifica-se que tal processo deu passos significativos no sentido de contar com um maior número de peritos em pessoas: psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais congêneres. Contudo, a Pastoral Vocacional (como a Pastoral Familiar!?) possui uma metodologia, diga-se de passagem, incompatível com a Pastoral de Conjunto. Certamente, esta provocação merecerá um desdobramento ulterior. Contudo, neste recorte, a Pastoral Vocacional precisa se dar conta de que em todo o ser da *ecclesia* existe a dimensão vocacional. Portanto, a "propaganda vocacional" deveria ser feita de maneira "existencial-continuada" na própria ação dos agentes de pastoral (batizados e ministros ordenados) que, com seu testemunho, tornam-se fer-

³³ CNBB, *Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas* = Documentos da CNBB no. 62, São Paulo: Paulinas, 1999.

³⁴ Cf. J. PAULO II, *Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis*; CNBB, *Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil* = Col. No. 55, CNBB, *Metodologia do processo formativo: a formação presbiteral da Igreja no Brasil* = Est. no. 83.

mento no mundo. Isto significa que a Pastoral Vocacional deveria estar efetivamente afinada com os Conselhos das Comunidades, ou na sua inexistência, fazer uma maior sondagem sobre a identidade e histórico comunitário dos candidatos. Tal atitude, que parece simplista e seguramente preliminar, colaboraria, sobremodo, para se evitar certos dissabores como aqueles de candidatos que chegam aos Seminários sem a menor experiência comunitária e, logo – ao perceberem que estão em “outro planeta” – deixam ousão convidados a deixar a comunidade formadora. Mesmo que não se seja favorável ao modelo de formação preponderante na maioria dos Seminários, entende-se que tal situação causa um ônus humano muito grande e, certamente, com uma Pastoral Vocacional mais adequada à Pastoral de Conjunto, tal desgaste seria poupado.

b) Alegrias

Olhando, então, para a realidade católica dos últimos vinte anos, portanto de 80 para cá, no tocante à Formação Presbiteral do clero diocesano³⁵, constatamos uma riqueza ímpar de metodologias, de ensaios e de laboratórios. Vale a pena destacar, como conquista, a grande contribuição das Ciências Humanas, especialmente, da Psicologia e da Comunicação nos Seminários³⁶; não menos importantes são as poucas,

mas muito fecundas, inovadoras experiências de **pequenas comunidades** em médios e grandes centros. Geralmente estas comunidades são acompanhadas por um presbítero que reside na Comunidade e, depois dos estudos e outras atividades, organiza com o grupo o Plano de Pastoral em comunidade com a Diocese em que se encontram. Ainda hoje existem algumas experiências deste tipo. Longe de empobrecer a dimensão afetiva com a Igreja de origem, estas experiências enriquecem sobremaneira a Pastoral Diocesana no seu conjunto: tanto para quem recebe a comunidade formadora, tanto para a Diocese de origem que, terminado o processo de formação, receberá os futuros presbíteros com visões pastorais diferenciadas que, certamente, enriquecerão àquelas que lá já existem. O temor, até bem pouco tempo presente em alhures, de que o seminarista não estando fisicamente na Diocese não iria se *aggiornar* à Pastoral de Conjunto cai por terra, dada a mudança paradigmática de lugar (espaço) da sociedade contemporânea. Afinal, com os meios modernos de comunicação e transporte, praticamente não existem mais grandes dificuldades em ser do interior e preparar-se na Capital, sobretudo tendo em vista a qualidade do Ensino Superior presente nos grandes centros.

³⁵ Esta distinção é feita tendo em vista a reduzida publicação de informes sobre o Clero Religioso e, naturalmente, pelo fato do autor dispor de experiência pessoal com a Formação do Clero Diocesano. Contudo, o leitor poderá conferir a obra organizada por A. MOTTA e T. F. MEDEIROS, *Entre Espelhos e Refletores*, SP: Loyola, como resultado da XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB.

³⁶ Cf. CNBB, *Metodologia do processo formativo: a formação presbiteral no Brasil* = Estudos da CNBB no. 83, SP: Paulus, 2001.

c) Desafios

Contudo, nota-se uma certa descon-tinuidade no processo de formação em relação aos auspiciosos ventos do Concílio Vaticano II³⁷ e, também, sobre os próprios documentos da CNBB³⁸. Os formadores³⁹ sentem-se meio perdidos em relação ao que de fato fazer para que o processo se reverta. Há alguns anos atrás havia, praticamente, em todas as reuniões de formadores um grande desejo de mudar: fazia-se uma revisão das alegrias e dos desafios e, numa troca de experiências, chegava-se a alguma ação mais concreta. Nota-se, hoje, um certo acomodamento para não dizer uma certa letargia. Pois, os formadores sabem que o tonel está velho (até mesmo quebrado!) mas não conseguem mudar a lógica: continuam pondo *vinho novo em tonel velho* (Mt 9,17). O resultado, conhecido de todos, tem causado descontentamento tanto para o neo-presbítero quanto para as comunidades que o recebem.

Diante desta realidade, pergunta-se: o Seminário, como está estruturado, responde aos complexos desafios do mundo pós-moderno, marcadamente pluralista e policêntrico?⁴⁰ Antes ain-

da: a comunidade de vida – assim também é chamado o Seminário – efetivamente produz vida feliz no sentido de corroborar o *ethos* presbiteral? Existe, por parte da comunidade formadora, a visão de propiciar uma formação mais global que não se contente com os cacos mas procure, na diversidade das dimensões do ser, concatenar na visibilidade do mosaico?⁴¹

Lamentavelmente constata-se que se está muito longe do que se poderia chamar de razoável. Não se trata, pois, de visão pessimista. Ela seria desnecessária, dada a transparência da realidade. Há um significativo descompasso entre as chamadas dimensões da formação, a saber: humano-afetiva, comunitária, espiritual, intelectual e pastoral do futuro presbítero.

Nas sendas do dualismo presente na antropologia neoplatônica caminham tais dimensões. Muitos seminaristas desejam mudar, mas dizem que a estrutura não viabiliza. Desanimados, entram no esquema comum da mediocridade. Neste sentido, é no mínimo estranho que numa revisão comunitária todas as turmas do seminário declarem que não há problemas, mas tão

³⁷ Cf. *Optatum Totius* = Compêndio Vaticano II, Petrópolis: Vozes, 1986.

³⁸ Cf. CNBB, *Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*; especialmente os números 98 e 99: “Conforme a organização dos estudos e as possibilidades de cada Instituição, sejam previstos – nos fins de semana, nas férias e, eventualmente, em intervalos entre os períodos de estudo – estágios pastorais, devidamente planejados e avaliados. (...) As experiências pastorais devem favorecer, para os seminaristas, o convívio fraterno com os leigos, o conhecimento melhor de suas aspirações religiosas e de suas atividades apostólicas e o desenvolvimento da capacidade de comunicação e relacionamento. Convém que o seminarista não se restrinja a atividades já rotineiras ou até burocratizadas, mas procure o contato pessoal, a convivência familiar, as iniciativas espontâneas. Dedique especial atenção aos mais humildes e marginalizados, e aos que mais precisam de aproximação solidária e fraterna. Entre os leigos, tenham mais espírito de aprendizes que de mestres”, pp. 59-60.

³⁹ A palavra “formador” carece de revisionamento.

⁴⁰ J. B. LIBÂNIO, *As Lógicas da Cidade*, São Paulo: Loyola, 2000.

⁴¹ Cf. J. B. LIBÂNIO, *A Arte de formar-se*, São Paulo: Loyola, 2001.

somente agradecimentos, especialmente ao Bispo e aos Padres Formadores. Deixando de lado as veleidades próprias – e até consensuais – na fase seminarística, situações deste tipo são indicativos de corporativismo.

Existe, ainda, um complicativo sobremodo preocupante. Trata-se do descaso, em certos casos, com a dimensão intelectual. Pertencia à tradição da afamada formação eclesialística o acento significativo a esta dimensão. Contudo, nestes vinte anos configurou-se uma formação intelectual extremamente improvisada e desligada do todo formativo. O Ensino da Filosofia nos Seminários, salvando pouquíssimas exceções, conforme nos demonstra informativo da OSIB⁴² é precaríssimo. Há significativa carência de professores adequadamente preparados (especialização, mestrado, doutorado) e atualizados com a reflexão e metodologia contemporâneas⁴³. Existe, ainda, certa resistência em não buscar a oficialização civil dos Cursos. Teme-se, talvez, que o Curso sendo reconhecido o candidato se aproveite da situação e, mesmo não tendo vocação, continue nos Seminário até concluir a Faculdade? Que bom seria se aos muitos dos que hoje se encontram “infelizes” no ministério, tivesse sido oportunizado, no período anterior à ordenação, condições de se obter o mínimo de segurança para que pudessem reconstruir suas vidas. Pensar que o candidato poderá se aproveitar do estudo é no mínimo

mesquinho para não dizer estúpido e, seguramente, anti-cristão.

Mas, ainda abordando a problemática da estrutura do Curso de Filosofia, as bibliotecas, geralmente, são insuficientes: requerem atualização e, sobretudo, estímulo dos professores para que os alunos as consultem. Na mesma cantilena, alunos encontram-se desmotivados. Também, dada a realidade, não se deveria esperar outra coisa. Entretanto, é importante reconhecer, tem havido esforço por parte dos bispos, formadores e diretores dos Institutos no sentido de amainar estes obstáculos. É conhecida a precariedade econômica de algumas dioceses do Brasil. Sabe-se que algumas não têm condições de oferecer sequer a alimentação e moradia aos seus seminaristas, precisando contar com a generosidade das dioceses irmãs. Contudo, ao tomar consciência da realidade, aumentam as reais possibilidades de, como é ontológico da Igreja, colegial e fraternalmente, intercambiar ajudas.

Em janeiro último houve em Brasília (DF) o Encontro dos Diretores dos Cursos de Filosofia (Seminários e Institutos) assessorado pelo filósofo e professor Pe. Manfredo de Oliveira Araújo. O tema deste encontro foi justamente: **que Filosofia para que Teologia**. Ora, poupando os leitores do debate lá estabelecido, que por sinal foi riquíssimo, pergunta-se: como pensar teologicamente sem o auxílio do *corpus philosophicus*? Fazendo uso da obra já menci-

⁴² Cf. CNBB, *Metodologia do processo formativo* = Estudos da CNBB n. 83, SP: Paulus, 2001, pp. 140-141.

⁴³ Cf. CNBB, op. cit., 142.

onada de LIBÂNIO⁴⁴, pode-se dizer que é fundamental ajudar aos jovens, neste caso – aos candidatos ao presbiterato – a pensar a realidade que os envolve. Como o ar que se respira, eles devem se dar conta que não estão mais no regime de cristandade. A realidade é outra! Extremamente exigente! Daí, mais uma vez, a urgência de pensar. Caso contrário ter-se-á uma *macdonaldização* do pensamento filosófico e, conseqüentemente, uma teologia desencarnada, prestes a ser descartável.

Por outro lado indaga-se: **a estrutura de Seminário não favorece ao isolacionismo, para não dizer individualismo?** Os últimos ENPs (Encontro Nacional dos Presbíteros), conforme o Conselho Nacional dos Presbíteros⁴⁵, têm demonstrado que o perfil do clero diocesano, especialmente dos mais jovens, é marcado pelo individualismo e certo aburguesamento. Diferentemente do que se tem considerado nos próprios subsídios preparatórios para os ENPs – o presbítero é o homem de seu tempo e como tal carrega as tendências contemporâneas a si e, como toda pessoa, grita pela sua subjetividade – levantamos a seguinte questão, oportunamente considerada por COMBLIN⁴⁶: **o presbítero carrega as tendências de quais contemporâneos?** Da sociedade pós-moderna e ainda burguesa, ávida por preencher seu vazio *com coisas* ou, ele carrega, ou deveria carregar, as ansias e expectativas dos milhares de miseráveis que

se avolumam, cada vez mais, neste espetáculo desumano do sistema neoliberal? **De que lugar ele vem** (estrutura do Seminário) e **para onde ele deseja e é de fato** enviado?

Tem-se a impressão de que o neo-presbítero encontra-se ontologicamente vulnerável, porém não suficientemente cômico desta realidade. Ao concluir o período de Seminário – mais ou menos sete anos – ele se depara com estruturas policêntricas e polifônicas. Infelizmente, dentro dos limites do chamado estágio pastoral, não foi possível se dar conta de que o mundo para o qual estava sendo formado não existe a não ser no Seminário.

A **tentação** é inevitável: voltar para o Seminário!? Sim, alguns neo-presbíteros têm, inclusive, se oferecido para “trabalhar na formação”. Sintomático. Contudo, existem aqueles que – sabendo-se não vocacionados a tal *munus* – tentam transformar a Paróquia em Seminário. Claro, eles, naturalmente serão o Reitor. Como nos Seminários não há cultura para democracia e colegialidade, muitas vezes o contrário – delação, oportunismo, corporativismo e carreirismo – eles terão certa dificuldade em conviver com o chamado Conselho Paroquial de Pastoral (CPP). Diz-se certa, pois, na maioria das paróquias, o CPP não se firmou como instância colegial e democrática.

Assim sendo, o neo-presbítero descobrirá meios para controlar o Conselho de tal sorte que ele exista, mesmo

⁴⁴ Cf. J. B. LIBÂNIO, *A arte de formar-se*, São Paulo: Loyola, 2001.

⁴⁵ CNP, *Presbíteros do Brasil construindo história*, São Paulo: Paulus, 2001.

⁴⁶ Cf. J. COMBLIN, *O Povo de Deus*, São Paulo: Paulus, 2002.

porque é previsto pelo Código de Direito Canônico (CIC) e pelas Normas da CNBB e das Dioceses, mas não funciona. Haverá, certamente, exceções. Aquelas Comunidades que já amadureceram eclesialmente às custas de muita luta e perseverança e que, portanto, possuem o CPP como órgão de Comunhão e Participação. Nestas comunidades, então, o neo-presbítero terá – basicamente – três alternativas: aprender com o CPP a dinâmica da negociação, do planejamento e das estratégias, o que seria algo extremamente gracioso e sábio. Uma segunda alternativa seria, lamentavelmente, dissolver o CPP sob a égide do CIC. Segundo o CIC o presbítero, “por motivo de consciência”, tendo em vista o bem da comunidade, poderá dissolver o CPP.

Nada estranho em se tratando de um continente acostumado com “golpes”; nada estranho para o Povo de Deus, há longa data, sendo tratado como criança pelos pastores. Pois, por mais que as pessoas tenham adquirido consciência dos tristes e lamentáveis fatos históricos – a Ditadura Militar, o *impeachment* do presidente Collor – no seu inconsciente coletivo, segundo estudos de C. G. YUNG, está ainda muito presente a idéia de submissão à autoridade, especialmente em se tratando da autoridade religiosa.

Uma terceira alternativa, menos recorrente, é o presbítero ficar migrando de comunidade em comunidade numa busca afoita de reconhecimento e de espaço. Temos, neste aspecto, um problema espinhoso para o bispo que, ge-

ralmente, sugere ao presbítero uma reciclagem ou coisa parecida.

2- Expectativas de mudanças

Diante desta breve consideração espere-se, *como a terra seca espera pela chuva* (Sl 62,2), que o processo de formação renuncie a todo e qualquer tipo de pedagogia autoritativa e desencarnada da realidade hodierna, muito especialmente da realidade do Brasil. Que se convençam, de uma vez por todas, que não é possível pôr *vinho novo em tonel velho*! O vinho arrebenta o tonel ou o tonel faz com que o vinho perca seu sabor. Portanto, se espera e se sonha que os “formadores eclesiais de opinião” – os presbíteros – colaborem efetivamente para que o Povo, que é de Deus, mas eventualmente a eles confiado, se dê conta de seu compromisso transformador no mundo. Aqui se dá a Boa Notícia de Jesus Cristo: (...) *os surdos ouvem, os mudos falam e os cegos vêem* (Lc 7,21-23).

Desta forma, contudo, não se quer postular um presbiteranismo⁴⁷ exclusivo e único capaz de realizar, magistral – quase demiúrgicamente –, a Evangelização. A ação evangelizadora é um convite recorrente a todos os discípulos de Jesus Cristo. Outrossim, o que se postula é o valor, ainda reconhecido, da grande liderança em que se constitui o presbítero; o quanto ele pode iluminar com sua luz e entusiasmar com seu ardor; mas, em contraponto, o quanto ele pode obnubilar com sua miopia e desanimar com seu cansaço. Deste modo – não acima, nem atrás – juntamente com a ação de muitos

⁴⁷ O termo quer significar a hipertrofia e o centralismo da ação pastoral.

batizados católicos e não católicos que se dá, concretamente, a Evangelização. As pessoas que estão nesse mundo, repleto de contradições, vão percebendo – pelo testemunho destes cristãos (Cf. At 4,32-35) – que o Reino, apesar de custoso, é possível e, de certa forma, uma experiência aqui na história.

A Evangelização deixa de ser apenas um convite a mais para que alguém faça parte deste ou daquele movimento, desta ou daquela pastoral, deste ou daquele partido, desta ou daquela comunidade. Pelo testemunho de amor, vivido na justiça que constrói a paz, os cristãos vão inaugurando o caminho solidário que o individualismo, nos últimos dias, tanto obstaculiza; os cristãos, vale dizer, vão – sacerdotalmente – recompondo o desfiguramento da imagem do Criador. Afinal, a criatura humana é chamada a ser pessoa e não apenas indivíduo. Indivíduo, sob o ponto de vista da Evangelização, é uma realidade deformada. Uma aberração! Uma expressão ontologicamente contraditória.

Portanto, a Evangelização – processo dinâmico de amorosamento dos discípulos de Jesus Cristo convencidos de que possuem uma excelsa missão a realizar – deixa de ser um discurso a mais e passa a se tornar realidade concreta. Numa última palavra, a Evangelização realiza sua dimensão pascal.

IV – A Resistência: a velha e sempre nova experiência exodal – a mística da provisoriedade

A tradição judeu-cristã gestou uma

mística ao longo de sua história: “a experiência da provisoriedade”. Esta grandeza espiritual, hoje mais do que nunca, deve ser retomada. Saber-se “provisório” e colocar-se de modo “provisório” fortalecem os cristãos dentro da dinâmica pascal: **morte e ressurreição num constante devir**. Incita-os a renovar suas esperanças no fato de que os sinais de morte, presentes na história, não prevalecerão sobre os esforços, talvez ainda tímidos, em defender e promover a vida humana e dos demais seres do planeta. Imbuídos da “mística da provisoriedade”, longe de se conformarem com as estruturas esclerosadas – coisificadas pelo descaso com a beleza, com a bondade e com a verdade – os cristãos se colocam a caminho, a exemplo de Abraão, o Pai da fé israelita, de Jesus Cristo, o mestre da humanidade e Senhor de Nazaré e de conhecidos de outras verticalidades, como Maomé, Buda, Gandhi, e de tantos desconhecidos. Esta mística leva os cristãos a vencer, entre outras, as seguintes miopias:

a) A tradição autoritativa da sociedade construída em pirâmides

A civilização ocidental conhece, com cores vivas, as bases da segregação e dos privilégios culturalmente gestados em nome de “paradigmas epocais” combinados com as lógicas da dominação. No País dos Indígenas⁴⁸, o Brasil, invadido pelos colonizadores, reproduziu-se a estrutura carcomida da Europa pré-moderna: Nobreza, Clero, Senhores Feudais e Vassalos, e o ‘Povo’. Há mais de

⁴⁸ Cf. CNBB, *Fraternidade e os Povos Indígenas* = Campanha da Fraternidade, São Paulo: Paulinas, 2002.

500 anos esta Terra é deflorada sem misericórdia! Contudo, em meio a este quadro estratificado, em nome da "provisoriedade", vários brasileiros natos ou naturalizados, colocaram-se na contra-mão da lógica dominante. A história nos conta sobre suas vidas, suas aventuras e suas mortes nem sempre gloriosas ou "glorificadas". Certamente, além daquelas que a história registrou, existiram outros que passaram ocultamente, mas, nem por isso menos valorosos.

Com o advento da República, sob golpe de Estado – diga-se de passagem – precedido da 'libertação' dos escravos, intentou-se uma nova ordem social. A História nos mostra que o intento naufragou e, há quem diga, continuamos sob a égide de um "sistema monárquico": ora com verdadeiros estadistas, ora com déspotas nem sempre esclarecidos. Neste contexto, o País experimentou, como todo o planeta, os horrores das duas grandes guerras mundiais. Contudo, novamente, muitos compatriotas sob os auspícios da "provisoriedade" forjaram meios alternativos para contrapor o estado de coisas, ou se se preferir, o continuísmo. Da mesma forma a história registrou as façanhas de alguns deles, não de todos.

Com o fim da lamentável experiência da Ditadura (pelo menos do ponto de vista formal e técnico da expressão), o País entrou no processo de redemocratização: "diretas já"! Um renovado ânimo povoa as lideranças nacionais. Aqui deve-se registrar todo o

grandioso esforço empreendido pela CNBB, especialmente pela figura profética de Dom Helder Câmara, desde a sua fundação, em 1952, em suscitar esperanças nas comunidades de base. Para tanto valeu-se de experiências sedimentadas na própria Igreja do Brasil, quanto dos resultados das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín e Puebla (1969 e 1978 respectivamente) e do grande advento do Vaticano II (62-65).

A Igreja desempenhou um papel muito relevante na formação da consciência política, sobretudo no período de 60 a 70. As CEBs, respaldadas na Teologia da Libertação, sinalizavam um caminho alternativo de "Comunhão e Participação". Muitas delas, até hoje, perseveraram e, efetivamente, conseguiram anatematizar a proposta de uma Sociedade construída de modo piramidal e portanto desigual. Contudo, é imprescindível que se diga, hoje o desafio colocado às Comunidades Eclesiais não é apenas a tradição autoritativa, mas sobretudo a explosão demográfica dos centros urbanos. Nestes centros, excetuando algumas comunidades rurais do interior do País, impera o *vírus* do individualismo e do anonimato. As pessoas, cada vez menos, têm tempo para se encontrar. Nem mesmo os pais conseguem se encontrar entre si e com seus filhos. A este respeito J. B. LIBÂNIO⁴⁹ e J. COMBLIN⁵⁰ fizeram, com matizes peculiares, análises complexivas do fenômeno da cidade, especial-

⁴⁹ Cf. J. B. LIBÂNIO, *As Lógicas da Cidade*, São Paulo: Loyola, 1999.

⁵⁰ Cf. J. COMBLIN, *Viver na cidade*, São Paulo: Paulus, 1995.

mente no sentido de trazer pistas orientadoras para a Evangelização e as atividades pastorais.

Como já foi considerado, nas fases anteriores, alguns filhos da "Terra de Santa Cruz" caminham e continuam caminhando na contramão da história. Não se tem conhecimento de dados estatísticos a este respeito, mas certamente não são muitos os que ainda lutam, concretamente e com consciência do que fazem, no sentido de retomar a "mística pascal da provisoriedade". Hoje, além dos complicadores da Globalização, constata-se uma certa letargia pulverizada até mesmo nos ambientes, até certo tempo, hostis ao 'facilitão' ético-religioso. Por outro lado, nota-se – em certa medida – uma parada estratégica para, quem sabe, uma tomada de fôlego para refletir e auscultar melhor a realidade e o sopro do Espírito. Diante de tais fatos surge, novamente, aquilo que motivou e sustentou a caminhada dos 'vários restos' ao longo da história, ou seja, a "mística da provisoriedade".

b) O antropocentrismo desumanizante do Iluminismo, arrefecido pela Sociedade individualista, consumista e hedonista

A mística da provisoriedade liberta os homens da hipertrofia antropológica que, paradoxalmente, os desumaniza. Ela os faz perceber que são "parte" do universo. Não se trata de um ecologismo epocal, mas sim da tomada de consci-

ência de que é preciso cuidar da Casa Comum. Usando uma expressão de L. BOFF: *ou nos salvamos todos juntos, ou também, pereceremos todos!*⁵¹ O individualismo até certo ponto procura recuperar aquilo que foi expropriado dos homens, a sua subjetividade. Contudo, o acento exagerado da subjetividade leva a negação da sua própria razoabilidade. Portanto, ao individualismo deve-se contrapor a **comunhão** e a **solidariedade**.

R. DESCARTES⁵², na busca por idéias "claras e distintas", formulou o *Cogito ergo sunt* (Penso, logo existo). Sem entrar em grandes pormenores sobre Cartesio, vale lembrar que sua formulação marcou positivamente o Pensamento, sobretudo no que diz respeito à subjetividade do sujeito que conhece. Hoje, seguindo o espírito satírico de Erasmo de ROTERDAN⁵³ poder-se-ia dizer, como inclusive alguns marketólogos já o fazem que: **consumo, existo!** Mas, diante deste "novo" (talvez mais antigo que novo) paradigma da lógica neoliberal dever-se-á oferecer, alternativamente, o seguinte: **sou solidário, existo!**

O hedonismo, também, em certo aspecto quer significar a reclamação dos variados moralismos e descuidos com o tema do prazer (do bem-estar). Originado da palavra 'prazer' o hedonismo defende o culto ao prazer, pelo prazer, a qualquer preço. Neste sentido ele deve ser contraposto com a alternativa do prazer que dignifica a pessoa e a leva para a "interpessoalidade".

Contudo, o individualismo, o consu-

⁵¹ L. BOFF, Op. cit., pp. 90s.

⁵² Filósofo francês do século XVI, autor, entre outros, O Discurso do Método.

⁵³ Clérigo, teólogo, escritor, francês do século XVI, escreveu entre outras, Elogio à Loucura.

mesmo e o hedonismo são elementos que se fundem para amalgamar a lógica da morte: **o jogo do mercado**. Perdendo a referência solidária do outro, com o outro e para o outro, a pessoa (que se torna apenas indivíduo) buscará – de modo imaturo e inconsequente – compensações excessivamente prazerosas em variados objetos que, dentro da nefasta lógica mercadológica, suscitem-lhe desejos. E, neste sentido, o mercado descobriu sua “galinha de ovos de ouro”: **criar, manter e, virtualmente, saciar o desejo**.

c) Os fundamentalismos contemporâneos

Já se fez menção ao texto de L. BOFF que, além de didático, é muito elucidativo quanto aos matizes inerentes ao tema do Fundamentalismo. Contudo, vale lembrar que, face ao fundamentalismo, sobretudo os de fundo explicitamente religioso, devemos propor a visão ecumênica historicamente desenvolvida pelas Igrejas Cristãs e, também, pelas Grandes Religiões da humanidade. Costuma-se chamar a primeira de micro ou ecumenismo interno e a segunda de macro ecumenismo ou diálogo religioso. De qualquer forma, isto vale como resposta para os demais fundamentalismos, é preciso amadurecer a capacidade de diálogo e de interfaces entre as diferenças.

Neste particular, sugere-se ao leitor o contato com o chamado ‘pensamento complexo’ de Edgar MORIN, recentemente trabalhado por LIBÂNIO⁵⁴, em obra já citada, também, neste recorte. E. MORIN⁵⁵, sociólogo, filósofo e artesão francês, nascido em 1921, tem contribuído significativamente para a Educação Global. A convite da UNESCO em 1998 ele sistematizou uma proposta de Educação para o século XXI. Tendo em vista a tendência da tradição científica de ‘cortar’ os objetos do conhecimento e verificá-los de maneira compartimentada, MORIN propõe um saber que contemple o todo a partir das partes e as partes a partir do todo. Recusando a compartimentação dos saberes, recusa também o **maniqueísmo**. Defende o chamado “pensamento complexo” capaz de reunir todo o conhecimento parcial em seu contexto e no conjunto em que ele assume um sentido⁵⁶. Esta reflexão é sugerida como um elemento a mais para desmontar o fundamentalismo, tendo em vista que na ótica de MORIN não é possível, gnosiologicamente, sustentar teses fechadas e impermeáveis em relação às demais produzidas pelos diferentes campos do saber. Dito de outra maneira: ao se pensar “complexamente” faz-se uso do “princípio de Indeterminação”, proposto pelo físico alemão W. REISEIMBERG⁵⁷, para as vari-

⁵⁴ Além da obra já citada, *A Arte de formar-se*, Libânio faz referência ao pensador francês em *Introdução à vida intelectual*, São Paulo: Loyola, 2001.

⁵⁵ Muitas obras suas já foram traduzidas para o vernáculo. Destacam-se: *A Cabeça Bem-feita; Ciência com consciência; O pensamento Complexo; Amor, Poesia e Sabedoria*, publicadas pela Bertrand Brasil, RJ.

⁵⁶ Cf. E. MORIN, *A Relação dos Saberes – um desafio do século XXI*, F. Nascimento, 2ª ed., RJ: Bertrand Brasil, p.579.

⁵⁷ Werner Karl HEISENBERG (1901-1976): físico alemão. Recebeu prêmio Nobel em 1932 por suas pesquisas sobre a mecânica quântica.

adas concepções, inclusive teológicas no sentido hermenêutico. Construindo esquemas epistemológicos sob a égide de tal princípio, estaremos aptos às aberturas necessárias para o diálogo tolerante com as teses contrárias.

d) A lógica neoliberal

Além da referência à obra de A. SELLA, já mencionada, por sinal bastante completa e atualizada, o leitor poderá consultar as reflexões dos teólogos H. ASSMANN, J. MO SUNG, J. M. BACH e R. J. BLANK. Especialmente em SUNG⁵⁸, tem-se uma visão bastante didática e esclarecedora do sistema neoliberal e suas sutis relações com a experiência religiosa. Numa perspectiva mais pastoral e meditativa encontrar-se-á elementos encorajadores na obra de BLANK⁵⁹. Numa perspectiva crítica e contemplativa, oferecendo uma retrospectiva da esperança cristã como anátema a todos os sistemas de fechamento, inclusive o chamado neoliberal, ter-se-á sugestões alvissareiras na obra de BACH⁶⁰.

Mas, dentro desta "lógica mundializada", estima-se que 95% do capital (dinheiro) que circula internacionalmente sejam de caráter especulativo. Em Nova York e em Londres movimentam-se diariamente um bilhão de dólares: trata-se de um gigantesco cassino⁶¹. Portanto, a

noção e a experiência de "jogo" é constante nesta lógica.

Contudo, é possível ironizar, a lógica neoliberal não tem nada de "novo" nem de "liberal" pelo menos no sentido literal⁶² da expressão. Ao contrário: esta lógica traz a perversa e esclerosada visão medíocre de felicidade baseada no acúmulo e no capital e, de liberal, ela se mostra sobremodo intransigente, não permitindo, através dos discursos de seus defensores, nenhuma outra alternativa.

Considerações finais

A boca fala daquilo que o coração está cheio! Ao fazer uma leitura crítica da realidade presente não se pretende pontificar pessimismo ou, pior ainda, pretender dar a última palavra. Absolutamente. Tendo em vista a tradição gnosiológica judeo-cristã, que une inteligência e volição, a leitura pretende buscar luz sobre situações desafiadoras que tocam a todas as pessoas de Igreja. Portanto, é importante que se diga, a esperança nas promessas do Senhor é o que motiva todo este empenho: *no mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo!* (Jo 16,33b).

Contudo, é bom lembrar: *não se põe vinho novo em tonel velho!* É preciso fazer a páscoa da Ética, da Evangelização e dos "formadores eclesiais de opi-

⁵⁸ Cf. J. M. SUNG, *Desejo, Mercado e Religião*, Petrópolis: Vozes, 1998.

⁵⁹ Cf. R. J. BLANK, *Deus – uma proposta alternativa*, São Paulo: Paulus, 1999.

⁶⁰ Cf. J. M. BACH, *A Esperança Cristã: guardar tradições ou abrir horizontes?*, São Paulo: Paulus, 1999.

⁶¹ J. SEOANE e E. TADDEI, *Resistências Mundiais. De Seattle a Porto Alegre*, Petrópolis: Vozes, 2001; aqui o capítulo II, "A Nova ordem imperial e como desmontá-la", elaborado por Atilio BORON.

⁶² Esta afirmação se coaduna em perspectiva hermenêutica e não possui a intenção de discutir as questões recentes da academia sobre os elementos peculiares ao Neoliberalismo em relação com o Liberalismo.

... não". Esta empreitada depende de todos os cristãos e de todas as pessoas de boa vontade! Tendo em vista os desafios éticos hodiernos e o impulso do Espírito para que a Boa Nova seja pronunciada, faz-se necessário, fundamentalmente, o engajamento de cada pessoa na dinâmica da mística da provisoriedade e na retomada da crença da solidariedade. Os presbíteros, com sua credibilidade moral e pastoral, sobretudo com sua vida devotada no seguimento do Senhor Jesus especialmente no serviço exemplar aos mais carentes, podem entusiasmar dezenas de centenas de homens e mulheres na luta pela defesa e promoção da vida. Portanto, a mudança na sistemática da formação presbiteral torna-se irrenunciável. No dizer de BACH

(...) uma honesta preocupação pelo crescimento espiritual de todos os seus membros obrigaria as igrejas a mudar radicalmente de rumo. A instituição teria que adaptar-se às necessidades de seus membros em lugar de obrigar as "ovelhas" a se adaptarem às exigências de seus "pastores". O

*pastor profissional não ama as suas ovelhas e não as tem na conta de companheiras. Tosquia-as sem piedade e pouco se importa com coisas como valor nutritivo das pastagens. As ovelhas são obrigadas a comer o que o pastor lhes apresenta.*⁶³

Oxalá, ao tomar consciência de que o Povo colocado aos cuidados dos pastores é efetivamente de Deus, os formadores eclesiais de opinião – corajosamente – promovam as necessárias mudanças para que nas comunidades eclesiais haja, cada vez mais, os elementos necessários para a vida de **santidade**: liberdade, justiça e paz que se traduzem na prática da caridade.

Como lembra o poeta Vandrê: *Vem, vamos embora que esperar não é saber! Quem sabe faz a hora não espera acontecer.*

José Augusto da Silva – Presbítero de Guaxupé (MG) e mestrando do CES (BH/MG).

Endereço do autor:
R. Francisco V. Valle, 37 – Centro
37800-000 Guaxupé – MG
E-mail: silva@uainet.com.br

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Como entender hoje, adequadamente, a relação entre ética e evangelização?
- 2 Quais são, no seu entender, os principais obstáculos que o sistema neoliberal coloca para uma evangelização pautada nos postulados da ética cristã?
- 3 No atual contexto sócio-eclesial, quais são os desafios maiores para a formação de evangelizadores em geral, e para a formação dos presbíteros de maneira particular?

⁶³ J. M. BACH, Op. Cit., p. 100.



CRB

Marcos Indicadores

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200140-2/2002

ECT/DR/RJ
CRB

Há uma esperança para o teu futuro!
Há setas indicando o caminho... Jr 31, 17.21
por isso, finca bem as estacas, desdobra a lona,
estica as cordas, amplia o espaço... Is 54, 2

Neste horizonte de esperança, a CRB se compromete a animar e assessorar o processo de refundação da Vida Religiosa, sinalizando o caminho através desses marcos:

1. Espiritualidade integradora como experiência de itinerância, vivida na dinâmica pascal.
2. Opção preferencial, audaciosa e atualizada, pelos empobrecidos e excluídos.
3. Comunidade, antídoto contra o individualismo, espaço de irmandade, crescimento, discipulado, solidariedade.
4. Formação para ser presença profética na realidade, comprometer-se e deixar-se evangelizar.
5. Abertura às interpelações das novas gerações em sua diversidade cultural.
6. Novas relações de gênero e etnia tecidas no respeito e valorização do diferente.
7. Intercongregacionalidade, trabalho em rede e parcerias com leigos e diversos organismos em vista da solidariedade.
8. Análise institucional a partir do carisma e em vista da pessoa e da missão.
9. Apoio a novas formas de consagração e de pertença aos carismas.
10. Dinamização e operacionalização do Projeto da CLAR "Pelo Caminho de Emaús".
11. Resposta generosa e presença inculturada na missão além-fronteira.

A nós, irmãs e irmãos de todo o Brasil, cabe a responsabilidade de transformar em vida profética e missionária o que o Espírito nos propõe neste momento. Nesta esperança, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, avançamos para o futuro.

(Texto final aprovado pela XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB, celebrada em São Paulo, de 09 a 13 de julho de 2001.)
